

OVER|Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS **19**



A melhoria da qualidade de vida das pessoas é um objetivo que está intimamente ligado à nossa fundação.

Apresentar um serviço orientado para o cliente e suportado por profissionais, aptos a esclarecer, aconselhar e ajudar, são as bases da nossa postura no mercado.

Assumimos e estamos empenhados em ser um parceiro fiável na prestação dos cuidados de saúde e prestar um serviço de excelência.





OVER | Pharma
life overall

ÍNDICE

01 | Mensagem
da Gerência

02 | Relatório
de Gestão

03 | Informação
Societária

04 | Informação
Financeira

05 | Relatórios
de Fiscalização

01

Mensagem
da Gerência



Estimados Parceiros,

mensagem

Depois de um ano de 2018 em que os resultados não foram de todo satisfatórios, por motivos que eram expectáveis e difíceis de ultrapassar, impunha-se que para o exercício de 2019, fossem tomadas medidas que geravam fundadas expectativas de inverter a curva descendente de vendas e resultados dos últimos dois anos.

Impunha-se para a gestão, reposicionar a empresa na senda dos bons resultados a que estava habituada e num patamar de vendas e resultados mais sólidos e consistentes.

Cedo se percebeu, que o ano de 2019 podia ser desde o seu início considerado um ano de viragem e de inversão do ciclo menos positivo dos últimos 2 anos, e com fundadas expectativas de crescimento sustentado, o qual estará em sintonia durante um novo ciclo de quatro anos.

02

Relatório
de Gestão

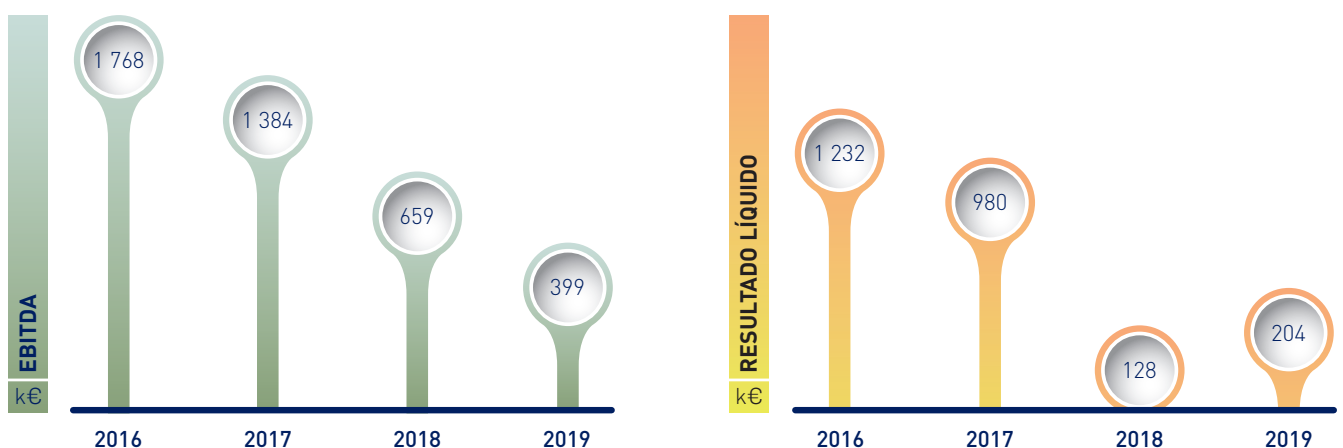
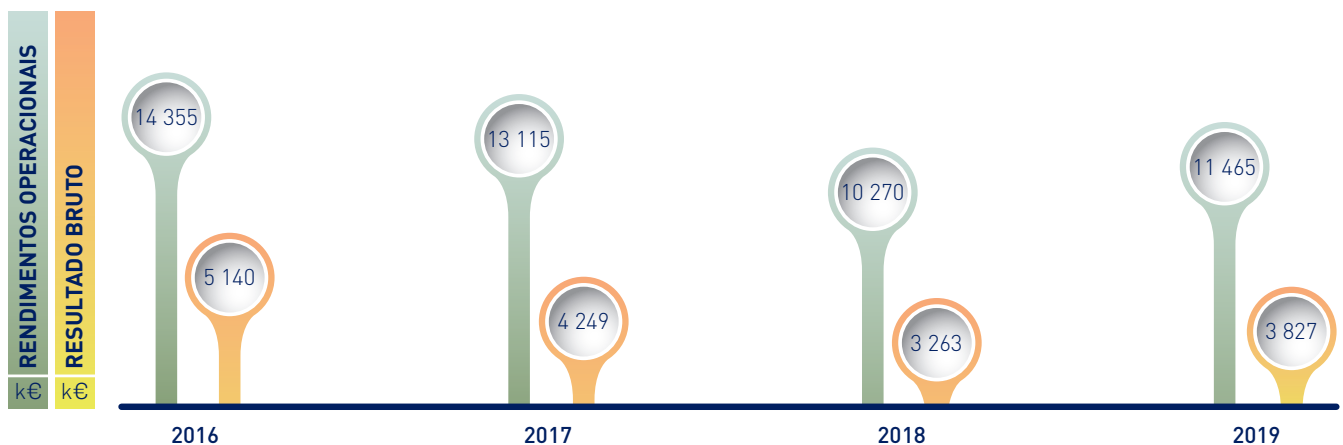


01 RELATÓRIO DE GESTÃO

As presentes demonstrações financeiras relativas aos períodos de 2019 e 2018, referidas neste Relatório de Gestão, foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

02 DESTAQUES

valores em euros	2019	Marg.	2018	Marg.	Var. %
Volume de negócios	11 464 820		10 270 206		11,6%
EBITDA	399 096	3,48%	658 784	6,41%	-39,4%
EBIT	335 578	2,93%	225 407	2,19%	48,9%
Resultados financeiros	(13 943)	-0,12%	(30 499)	-0,30%	54,3%
Resultados antes de impostos	321 635	2,81%	194 908	1,90%	65,0%
Resultado líquido do período	203 776	1,78%	127 956	1,25%	59,3%
Nº Colaboradores	37		34		3



03 ATIVIDADE DA EMPRESA

Fundada em novembro de 2001, a Overpharma - Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. tem como principal objetivo ser um parceiro sério e de referência no contexto do fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições prestadoras de cuidados de saúde.

Focada em apresentar novas soluções, a Overpharma aposta constantemente na pesquisa de novos produtos que lhe permitem ter uma resposta adequada as exigentes necessidades do mercado.

A prioridade é sempre maximizar a satisfação dos clientes, através de uma política de fornecimento de produtos de alta qualidade e nas melhores condições. Este princípio é a base de evolução e crescimento da empresa, é nele que assenta o futuro.

Em 2009, de forma a consolidar a estratégia de crescimento, a Overpharma concretiza a incorporação da empresa Novamed - Equipamentos Médicos, S.A., permitindo-lho e em novos mercados, nomeadamente na produção e comercialização de equipamentos e dispositivos médicos e outros produtos e equipamentos nas áreas da saúde.

Em 2010, por razões estratégicas e por não ser de todo indicado para o momento, aprazamos o objetivo de nos tornarmos fabricantes de dispositivos médicos. O projeto de nos tornarmos banco de tecidos humanos foi também posto de parte de momento devido aos requisitos legais os quais apesar de estarmos a tentar cumprir integralmente se vão revendo difíceis de obter, devido a grandes exigências das autoridades reguladoras. O enfoque foi dado no aprofundar ao máximo a nossa implementação no mercado de produtos de Oftalmologia e Neurocirurgia, os quais revelam um grande potencial no curto e médio prazo. As outras áreas de negócio como medicamentos e dispositivos médicos de consumo mantiveram o seu crescimento esperado.

Em 2011, depois de uma longa preparação para o efeito, foi obtida a certificação com a norma NP EN ISO9001:2008. A certificação representou para a empresa o ter entrado num universo de exigência e credibilidade o qual lhe trará seguramente largos benefícios. Hoje em dia, são já muitos os parceiros comerciais quer sejam clientes ou fornecedores que preferem manter relações com empresas certificadas. No caso dos clientes e no pouco tempo que decorreu de ano pós obtenção da certificação, deu para ter a noção da diferença que faz nalguns aspetos administrativos, mas sobre tudo, na pontuação que dão à empresa como fornecedor por ser certificada. Este foi de facto um pequeno feito (no muito que se fez em 2011) que fará muita diferença e será da maior importância para o futuro.

Em 2012, mereceu destaque o facto da empresa ter conseguido um crescimento significativo em vendas e em resultados operacionais.

Parte do sucesso comercial passou por termos entrado de uma forma mais consistente em dois segmentos de mercado:

- Na área farmacêutica, entrámos no competitivo mercado das soluções de grande volume, o que nos torna num dos fornecedores de referência destes produtos;
- Na área dos dispositivos médicos de implante, posicionámo-nos como um dos fornecedores mais qualificado para produtos da coluna vertebral, com soluções únicas para Cifoplastia e Escoliose.

Destacamos pela negativa o facto de termos perdido a distribuição de lentes intraoculares e assim, termos deixado de ser um parceiro de referência no mercado. Continuamos presentes na área de oftalmologia em produtos de consumo e somos significativamente importantes na terapêutica das doenças da córnea.

Em 2013, devemos destacar que foi o aprofundar dos métodos de gestão nas suas componentes financeira e de recursos humanos por um lado, e de uma melhor gestão interna de procedimentos por outro, que mais contribuíram para o significativo sucesso do aumento das vendas em unidades em cerca de 6%, (ainda que num clima de mercado bastante adverso), aumento esse, que apesar de tudo, não conseguiu evitar um decréscimo das vendas em valor de cerca de -2,5%.

A gerência gostaria de destacar que foi também o facto de se ter levado a cabo uma política de extrema transparência

com os seus fornecedores ao nível da negociação dos preços praticados no mercado, que permitiu obter o aumento das vendas supracitado, ainda que com uma perda controlada dos resultados operacionais.

De extremamente positivo, destaca-se ainda o facto de este aumento de vendas em unidades, ter contribuído para melhorar o market share da empresa, em áreas importantes do seu mercado.

Em 2014 a Gerência manteve o seu principal foco de gestão em 3 vetores, os quais se revelaram determinantes nos resultados obtidos no exercício e que terão ainda mais impacto nos próximos anos.

- Melhor utilização dos recursos do sistema informático na gestão do trabalho dos colaboradores e no aprofundamento dos mecanismos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Os resultados já foram visíveis durante 2014. Conseguiu-se melhorar a eficácia operacional, corrigiram-se significativamente os erros humanos nos procedimentos, melhorando-se significativamente o serviço ao cliente com a eliminação de alguns erros básicos.

A área da gestão da qualidade, bem como da informática, particularmente nas aplicações, tiveram um papel muito ativo na reestruturação dos procedimentos e desenvolvimento de muitos outros processos.

- Na área comercial, criaram-se as bases e definiu-se qual o quadro da política de reorganização da estrutura de vendas e produto. Os resultados foram visíveis, os novos produtos já começaram a ter impacto significativo em alguns segmentos de vendas e a estrutura comercial está a ter melhores resultados em algumas áreas. Esta reorganização será mais visível e terá mais impacto durante e após o próximo ano.

- Reorganização da estrutura interna. Tendo em conta as alterações que se veem verificando na política de aquisição dos clientes hospitalares, particularmente no setor público, era recomendável que a estrutura interna fosse melhorada e ajustada à nova realidade.

O número de consultas e elaboração de proposta quase duplicou face aos anos anteriores, pelo que seria recomendável em nome da eficácia e produtividade interna segmentá-las por especialidades.

Esse trabalho foi iniciado e será concluído no ano de 2015, sendo a transição e adaptação feita sem alterar o normal funcionamento dos departamentos.

- Política de compras. Foi prosseguido o trabalho de negociação de preços de custo, o qual, teve em vista a obtenção de melhores preços de custo e mais ajustados aos novos tempos e consequentemente melhorar a margem operacional.
- Quanto às condições de pagamento da empresa, prosseguiu-se a política de negociar com os fornecedores no sentido de obter sempre que possível prazos de pagamento mais dilatados.

Em 2015 os factos mais relevantes da gestão da empresa passaram pela consolidação de planos previamente definidos em 2014 quanto à gestão interna de recursos, bem como, na preparação de um plano reestruturação comercial que deverá adaptar a atividade da empresa nos próximos 3 anos. Pretende-se que a empresa responda em consonância com a esperada expectativa de um aumento das vendas em produtos diferenciados, o qual, requer profissionais mais qualificados e melhor resposta interna.

Foram feitas e adaptadas diversas tarefas e funcionalidades tais como:

- O reenquadramento e adaptação da estrutura comercial administrativa interna, tendo em conta o contínuo aumento de consultas e concursos com o consequente aumento da elaboração de propostas.
- Revisto e adaptado o quadro de necessidades adaptando-o às novas necessidades e desafios.
- Fizeram-se melhorias significativas na operacionalidade do sistema informático, tendo em conta este poder responder a uma maior pressão do mercado na forma de compras. Os hospitais hoje abrem concursos e ajustes diretos quase diariamente para aquisição dos mesmos bens que antes eram adquiridos num concurso anual.

- Iniciado o processo de gestão informática de colocação de encomendas comum com os clientes. Este processo, conhecido como EDI permitirá no futuro uma melhor operacionalidade dos processos realizados entre a Overpharma e os seus clientes, o mesmo possibilitará uma gestão do processo de encomendas/faturas totalmente automática e instantânea.

Durante este ano, iniciou-se a preparação de um plano a 3 anos que tem por base a revisão de todo o processo de vendas da empresa. Pretende-se criar quadros com responsabilidade intermédia na gestão das vendas – Chefes de Produto (CP)-, Reformular a rede comercial com a contratação de vendedores especialistas, ou readaptar os atuais e modificar os processos. Os quadros de gestão intermédia, passarão a ter a responsabilidade de gestão vertical de alguns produtos, a qual consiste em;

- Gestão do contacto com os fornecedores quer em compras quer em negociação dos preços.
- Gestão de uma equipa de vendas de 2 ou 3 elementos.
- Obter formação dos produtos e preparar a formação interna das redes de vendas.
- Visitar hospitais e gerir problemas locais.
- Contactos diretos com médicos influentes e KOL
- Contactos com as Sociedades médicas
- Gestão e participação em ações promocionais e de marketing tais como, folhetos, treino de utilizadores e participação em congressos.

Em 2016 prosseguiu-se a implementação do reajuste da política comercial iniciada no ano anterior tendo em vista introduzir melhoras significativas no seu portfólio de produtos, os quais passaram a abranger novos segmentos de produto na área dos dispositivos médicos tais como, Biópsia, Cardiologia de intervenção e Terapia respiratória.

Nos quadros de vendas foram feitos os ajustes necessários em pessoas e formação, os quais pensamos ser os adequados para atingir os objetivos que nos propomos a médio prazo. Os resultados atingidos neste ano ficaram um pouco aquém do pretendido, afetados sobretudo pela baixa de preços em alguns segmentos de produto, em que se verificou crescimento em unidades com regressão em faturação.

Fizeram-se também alguns ajustes no sistema de gestão da qualidade no sentido de adequá-lo o mais possível às necessidades de gestão e funcionalidade da empresa. Em 2017 os preços de alguns Medicamentos e particularmente das soluções injetáveis de grande volume, e de alguns Dispositivos Médicos de consumo, voltaram a degradaram-se significativamente, o que já não era de todo espectável. Não era expectável principalmente, tendo em conta o que se praticava há cerca de cinco anos atrás, nem comparativamente ao ano anterior em que os níveis de preço já eram significativamente baixos. Esta situação contribuiu de forma significativa para que a empresa decidisse reforçar e insistir ainda mais na reformatação do seu portfolio e abrir novas áreas de negócio ou acentuar o esforço nas que já vinham sendo ajustadas tais como a Neurocirurgia e Endovascular

Em 2018 os resultados de vendas e margem bruta foram bastante penalizados pelo segmento de produtos farmacêuticos, o qual apresentou vendas inferiores, margens mais baixas e perda de quota de mercado. Entre outras, as razões estão maioritariamente associadas à quebra de preços de venda de mercado, do qual a empresa entendeu dever demarcar-se com a consequente perda de faturação.

A cativação de despesa por parte dos hospitais, levou a que os processos de vendas em concursos existentes, tivessem uma execução bastante tardia e com uma eficácia de aquisição bastante baixa. Esta situação, foi responsável pela perda de faturação de cerca de 3 milhões de euros e consequente perda de margem operacional que se refletiu inevitavelmente nos resultados anuais. As restantes áreas de negócio responderam em linha com o que estava previsto, não se verificando no entanto a previsão estimada para a entrada e arranque de novos segmentos, uma vez que as vendas estimados em plano para novos segmentos não foram totalmente cumpridas, o impacto compensador esperado sobre as perdas do grupo anterior também não se verificou.

Em 2019 as expectativas de obtenção de melhores resultados de vendas, e de melhoria dos resultados líquidos que se pretendiam atingir, aconselhavam de todo, operar uma alteração significativa nas políticas de gestão das equipas comerciais, bem como no seu suporte comercial interno de forma a que, a empresa se posicionasse face aos clientes, bem como na gestão do seu novo ou reajustado portfolio de produtos.

Estava definido um claro objetivo de crescimento global das vendas superior a 1 milhão de euros, o qual foi atingido, obtendo-se um crescimento de cerca de 11,6% relativamente ao ano anterior. Este crescimento suportado pela política de custos existente na empresa, permitiu encerrar o ano com um crescimento superior a 40% no que diz respeito a resultados operacionais. Relativamente a Resultado Líquido, havia sido definido o objetivo do seu crescimento em

cerca de 31% o qual deveria passar não só pelo crescimento de vendas, mas também pela melhoria da margem bruta em parte significativa do seu portfólio de vendas. Este objetivo foi atingido dado que se obteve um crescimento de cerca de 59% comparativamente com o ano anterior.

Esta reestruturação que passou por uma melhoria qualitativa dos colaboradores que dão suporte ao departamento comercial, bem como uma maior objetividade do setor comercial, cria fundades expectativas de que o proximo ano de 2020 manterá a mesma tendencia de melhoria de resultados.



OVER Pharma
life overall

Life Overall (a vida em geral) não é simplesmente o slogan da Overpharma, é uma forma de estar, uma mensagem presente no dia-a-dia, um objetivo a cumprir por todos os que fazem parte da organização.

É A NOSSA CONSCIÊNCIA DE COMO ESTAR NO SECTOR DA SAÚDE.



MISSÃO

A Empresa assume como missão ser um parceiro de referência no fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições públicas e privadas do Serviço Nacional de Saúde, com especial foco nas necessidades do seu mercado e nos seus clientes.

04 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

INTERNACIONAL

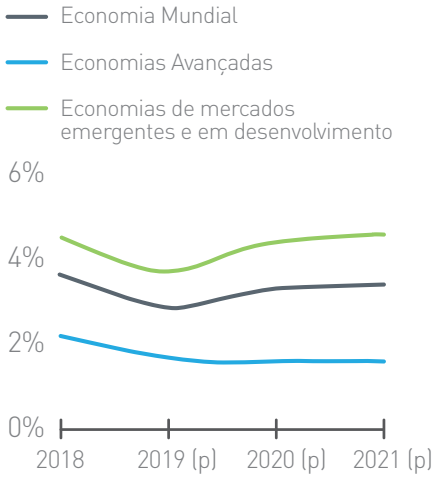
De acordo com o relatório "World Economic Outlook" do Fundo Monetário Internacional no ano de 2019, verificou-se uma desaceleração sincronizada da economia mundial, para 3.5%, a previsão aponta para um crescimento mais fraco registado desde a crise financeira mundial. O fraco desempenho económico, segundo o Fundo, é efeito do aumento das incertezas económicas e políticas, aliada aos elevados níveis de tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China. Estima-se que essas tensões comerciais contribuíram para a redução do PIB mundial em 0.8% até 2020. Outras pressões são provenientes de tensões macroeconómicas em economias do mercado emergentes, como Brasil, Índia, México e Rússia, e também fatores como baixo avanço da produtividade e envelhecimento da população em economias desenvolvidas.

Projeções do Fundo Monetário Internacional para o PIB |Taxa de variação anual (%)

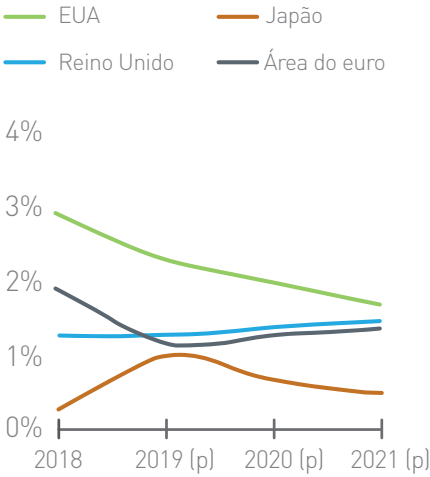
World Economic Outlook

	outubro 2019			
	2018	2019 (p)	2020 (p)	2021 (p)
Economia Mundial	3,6%	2,9%	3,3%	3,4%
Economias Avançadas	2,2%	1,7%	1,6%	1,6%
EUA	2,9%	2,3%	2,0%	1,7%
Japão	0,3%	1,0%	0,7%	0,5%
Reino Unido	1,3%	1,3%	1,4%	1,5%
Área do euro	1,9%	1,2%	1,3%	1,4%
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,5%	3,7%	4,4%	4,6%
China	6,6%	6,1%	6,0%	5,8%
Índia	6,8%	4,8%	5,8%	6,5%
Rússia	2,3%	1,1%	1,9%	2,0%
Brasil	1,3%	1,2%	2,2%	2,3%

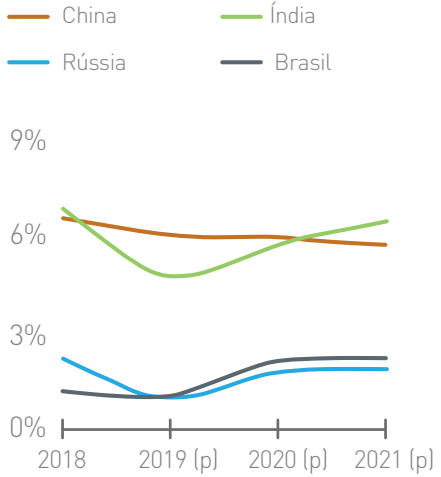
Produto Interno Bruto



PIB - Economias avançadas



PIB - Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento



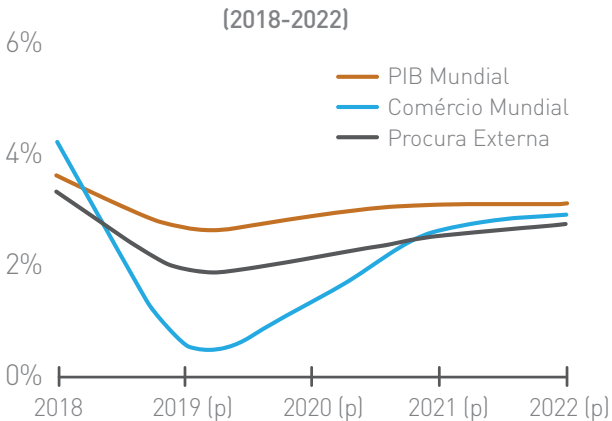
O FMI aponta a performance das economias da Alemanha, da Itália e da Turquia como as razões para esta revisão em baixa. “Os riscos para o crescimento global tendem a ser negativos. Uma escalada das tensões comerciais, além das já incorporadas nesta previsão, continua a ser uma importante fonte de risco para as perspectivas”, indica a instituição. Nesse sentido, o FMI desceu em 0.3 pontos percentuais a estimativa de crescimento para a economia da zona euro para 1.6% em 2019, mantendo a anterior previsão de 1.7% para 2020, e depois da expansão de 1.8% estimada para o ano 2019.

O crescimento económico dos Estados Unidos foi mantido em 2.4% para 2019 e 2.1% para 2020, enquanto a previsão de crescimento económico do Japão foi revista em alta para 0.9% em 2019 e para 0.5% em 2020. Para os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento, o FMI antecipa que o crescimento económico desça para 3.9% em 2019 e para 4.6% em 2020.

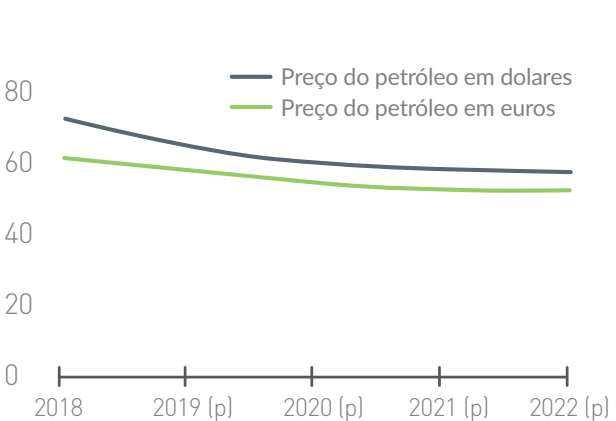
O comércio global registou um abrandamento significativo na primeira metade de 2019. As projeções para o comércio mundial apontam para uma taxa de crescimento anual de 0.6% em 2019 e para uma aceleração modesta e gradual no restante horizonte de projeção.

Neste contexto, depois da desaceleração pronunciada ocorrida em 2018, a procura externa dirigida a Portugal continuará a abrandar em 2019, para 1.9%, refletindo a desaceleração das importações intra-área e sobretudo extra-área do euro. As hipóteses do exercício apontam para uma recuperação gradual das taxas de crescimento da procura externa, atingindo 2.7% em 2022, associada ao contributo dos parceiros intra-área em 2020 e, posteriormente, à aceleração da procura extra-área do euro.

Enquadramento Internacional (2018-2022)



Preço do Petróleo



Enquadramento internacional e respetivas projeções (2019-2022)

Projeções Banco de Portugal

		dezembro 2019				
		2018	2019(p)	2020(p)	2021(p)	2022(p)
Enquadramento internacional						
PIB Mundial	tva	3,6%	2,7%	2,9%	3,1%	3,1%
Comércio Mundial	tva	4,2%	0,6%	1,4%	2,6%	2,9%
Procura Externa	tva	3,3%	1,9%	2,1%	2,5%	2,7%
Preço do Petróleo em dólares	vma	71,1	63,8	59,6	57,4	56,8
Preço do Petróleo em euros	vma	60,2	57,0	54,0	52,0	51,5

Notas: tva - taxa de variação anual (%); vma - valor médio anual

O preço do petróleo apresentou uma tendência marcadamente ascendente nos primeiros meses de 2019, num contexto em que predominaram as restrições do lado da oferta, tendo subido cerca de 20 dólares por barril entre janeiro e maio (para um nível de 70 dólares por barril). Segundo dados estatísticos do Banco de Portugal entre junho e novembro, o preço do petróleo registou uma trajetória menos definida, situando-se em meados de novembro em cerca de 63 dólares por barril. Para a correção em baixa do preço do petróleo neste período contribuíram as perspetivas menos favoráveis para a economia global e a elevada incerteza. Com base nas projeções, o preço do petróleo deverá situar-se em 64 dólares por barril em 2019, uma redução de cerca de 10% face ao ano anterior. As expetativas implícitas nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço em 2020 e 2021 (-7 e -4%, respetivamente) e uma relativa estabilização em 2022.

O crescimento do consumo privado ganhou firmeza no terceiro trimestre de 2019 e deverá registar uma ligeira moderação ao longo do horizonte de projeção. Aumentou de 0.2% no segundo trimestre de 2019 para 0.5% no terceiro trimestre, num enquadramento de confiança resiliente dos consumidores e de condições favoráveis no mercado de trabalho. Em termos de projeção para o ano de 2020, segundo o Banco de Portugal, espera-se novas quedas da taxa do desemprego e a continuação do crescimento dos salários reais por trabalhador. Espera-se que o crescimento do consumo apresente uma ligeira moderação em 2021 e 2022, em consonância com um crescimento mais reduzido do rendimento disponível real nesses dois anos.

Do mesmo modo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) baixou as projeções para a economia mundial, estimando crescimentos de 2.9% em 2019, de 3.3% em 2020 e de 3.4% em 2021, sobretudo penalizados pelo desempenho de economias emergentes como a Índia.

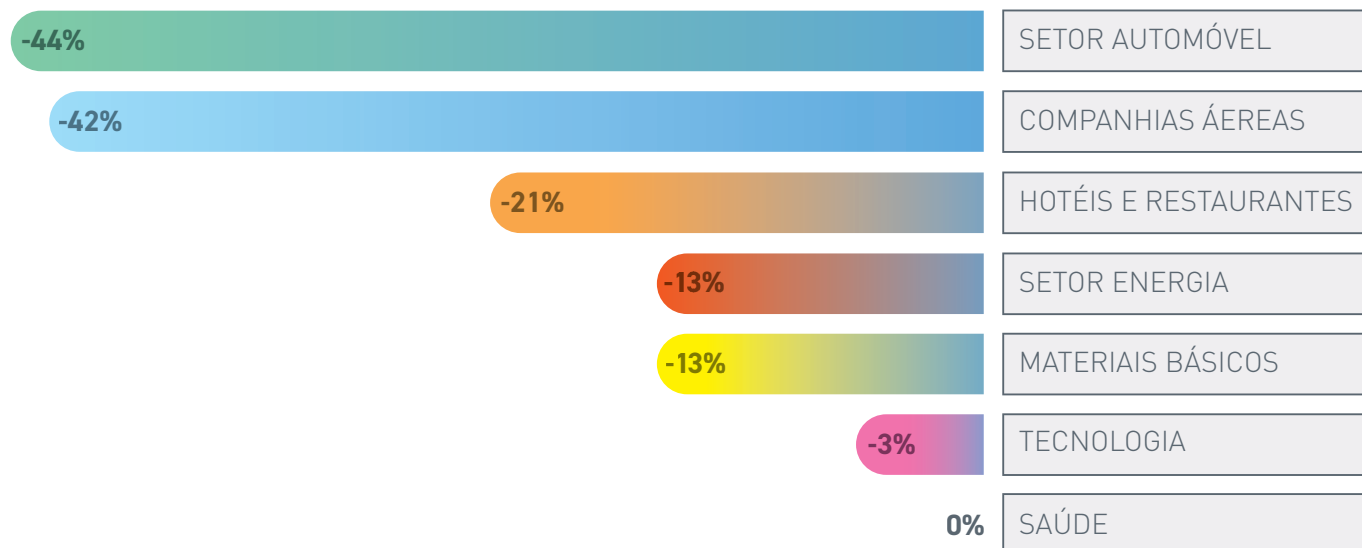
As estimativas do “World Economic Outlook” (WEO) do FMI referentes ao mês de dezembro, reportam para uma revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais para 2019 e 2020 e de 0,2 pontos percentuais para 2021 face às anteriores previsões de outubro de 2019.

O FMI adverte para possíveis riscos de deterioração e estes incluem o aumento das tensões geopolíticas, particularmente entre os EUA e o Irão, o aumento da instabilidade social, uma nova deterioração das relações entre os EUA e os seus parceiros comerciais e um aprofundamento das fricções económicas entre outros países, as tensões entre a Rússia e a Arábia Saudita por causa do preço do petróleo tem provocado quedas significativas nos mercados.

O novo vírus Covid-19 que teve início na China, na cidade de Wuhan, em dezembro de 2019 e a guerra de preços do petróleo entre a Rússia e a Arábia Saudita, dois dos maiores produtores mundiais, têm vindo a provocar perdas avultadas, é expectável que a economia mundial cresça a um ritmo bastante inferior ao de 2019, uma vez que ambos apresentam fortes incertezas para o crescimento económico mundial. O impacto do novo Coronavírus vai para além da saúde pública. Na economia, os seus efeitos são também profundos. O medo e a incerteza sobre os seus efeitos - inevitavelmente propagado pelos media e amplificado nos mercados mundiais - pode gerar situações de queda abrupta no mercado de ações, diminuição do valor de matérias-primas (tais como o trigo, o milho ou o açúcar), venda de ativos financeiros de “risco” e “fuga” (leia-se “investimento”) para ativos de refúgio, como metais preciosos e títulos do Tesouro dos EUA (o principal devedor do mundo e o país com a moeda mais usada e os ativos considerados mais seguros).

O facto de o foco inicial do vírus ter ocorrido na China aumenta ainda mais os efeitos. A China é a “fábrica mundial”, fornecedora de 20% dos bens intermediários comercializados globalmente, um grande fornecedor de peças eletrónicas, produtos químicos, farmacêuticos e de transporte, fonte de procura voraz por alimentos e matérias-primas e, também, o motor do crescimento mundial nas últimas décadas, a ponto de ter 44 anos de crescimento ininterrupto.

QUEDA PERCENTUAL NOS RESULTADOS DAS EMPRESAS



O encerramento temporário de fábricas e portos na China, a conseqüente paralisia do transporte marítimo e o declínio acentuado no transporte aéreo já causaram a falência de uma companhia aérea de baixo custo (a britânica Flybe) e a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, segundo a sigla em inglês) estimou que o novo coronavírus causaria perdas no setor da aviação na ordem dos 113 mil milhões de dólares.

Adicionalmente, a UNCTAD, agência das Nações Unidas em questões de comércio e desenvolvimento, estimou uma queda imediata de 50 mil milhões de dólares em exportações de vários países e setores. A União Europeia, os EUA e o Japão ocupam o pódio, sendo os sectores automóvel e aéreos os mais afetados. E se as exportações caem, o consumo interno dos países também segue o mesmo ritmo, potenciado pela supressão de eventos públicos, cancelamento de voos, assim como pelos períodos de quarentena decretados por alguns países mais afetados, o PIB diminui e os preços das matérias-primas desvalorizam ainda mais.

De acordo também com os dados da OCDE, a projeção para a taxa de crescimento da China passou a ser de 4.9%, o que representa uma queda de 1,1 pontos percentuais face à estimativa anterior (6.0%), divulgada em março 2020. A segunda maior economia do mundo vai recuperar em 2021 para níveis pré-coronavírus com um crescimento de 6.4%, segundo estima a organização.

Para os EUA, a projeção de alta em 2020 foi reduzida de 2% para 1.2%, com projeção de subir para 2.1% em 2021. Na zona euro, onde o número de casos está a aumentar rapidamente, a expansão foi estimada em 0.8% face aos 1.1%, com Itália a registar estagnação este ano. O crescimento da zona do euro deverá subir em 2021 para 1.2%.

No que se refere aos Bancos Centrais, a primeira reação macroeconómica importante foi a da Reserva Federal dos EUA, que cortou a taxa de referência em 0.5% - são taxas de juro utilizadas em todos os tipos de contratos financeiros, desde crédito à habitação a descobertos bancários, passando por alguns depósitos de retalho ou operações financeiras mais complexas.

Outros Bancos Centrais tomaram as mesmas medidas e reduziram na primeira quinzena de março 2020 as suas taxas de juro, como foi o caso do Banco do Canadá, do Banco da Reserva da Austrália, e também o Banco de Inglaterra que reduziu para os 0.25% a sua taxa de juro de financiamento.

Conforme o artigo “Global trade impact of the coronavirus (COVID-19) epidemic” é descrito que “No meio de tudo isto, o rendimento dos títulos do Tesouro a 10 anos nos EUA caiu abaixo dos 0.40%, tendo estado em 1.90% no início deste

ano. Por outro lado, a procura pelo ouro aumentou, este é visto como um ativo de “refúgio” para os investidores que pretendem vender as suas ações. Atualmente, este metal precioso encontra-se em máximos dos últimos sete anos, situando-se nos 1.680 dólares por onça.

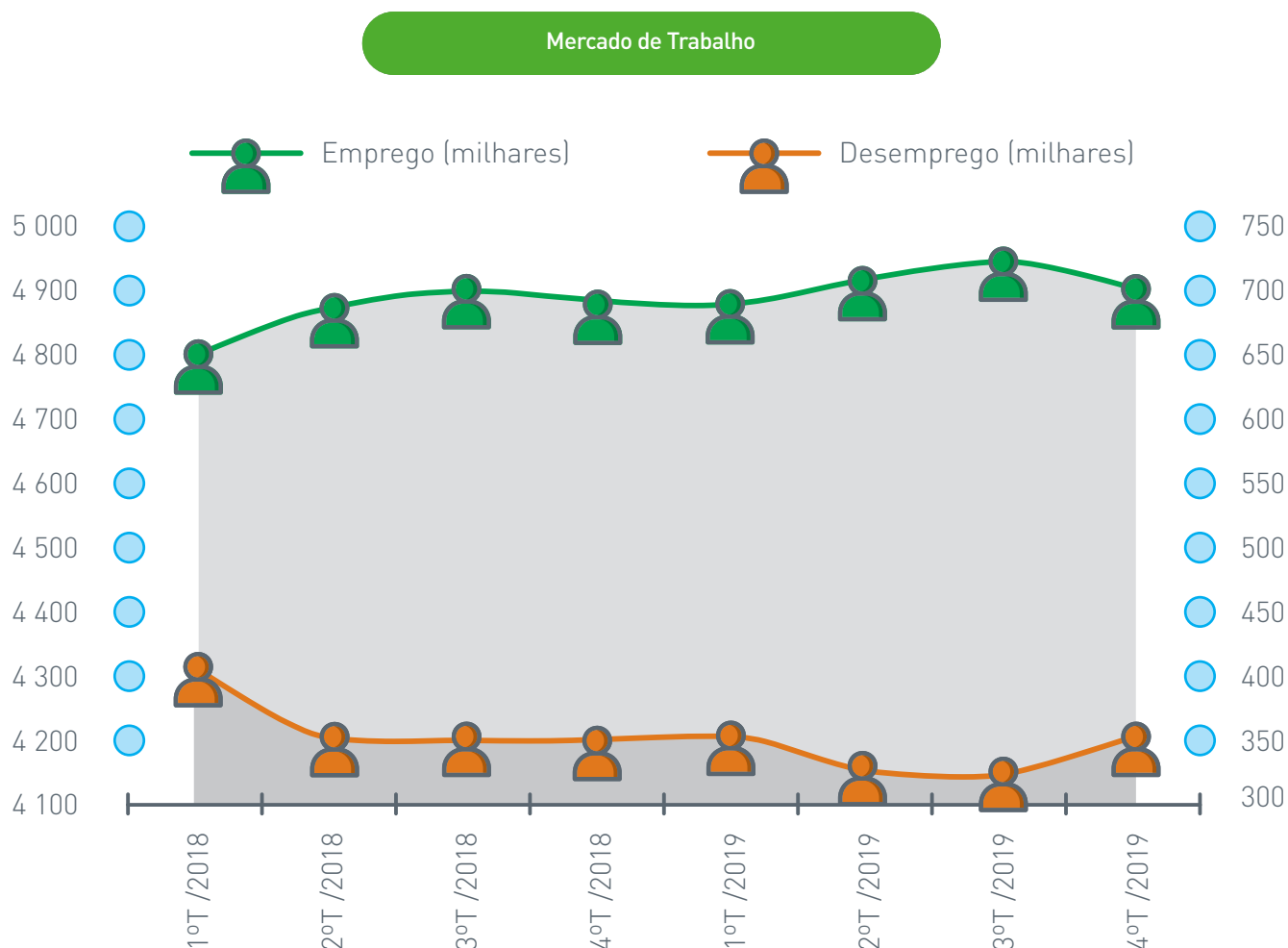
Grande parte desta valorização do ouro nos últimos três anos deve-se à contínua desvalorização do dólar provocada pelos constantes programas de estímulos levados a cabo pelos Bancos Centrais e quanto mais dinheiro é injetado na economia, menos valor terá a moeda pelo aumento da oferta em circulação”.

É difícil prever o desenvolvimento dos mercados financeiros para segundo e terceiro trimestre do ano de 2020, dado que não se sabe quanto durará a crise atual. Contudo, é possível assegurar o aumento dos níveis de volatilidade, quer no mercado de ações e obrigações, quer no mercado de divisas e por conseguinte, no mercado de matérias-primas. Fontes: INE; Banco de Portugal, Eurostat; FMI, Unctad 2019

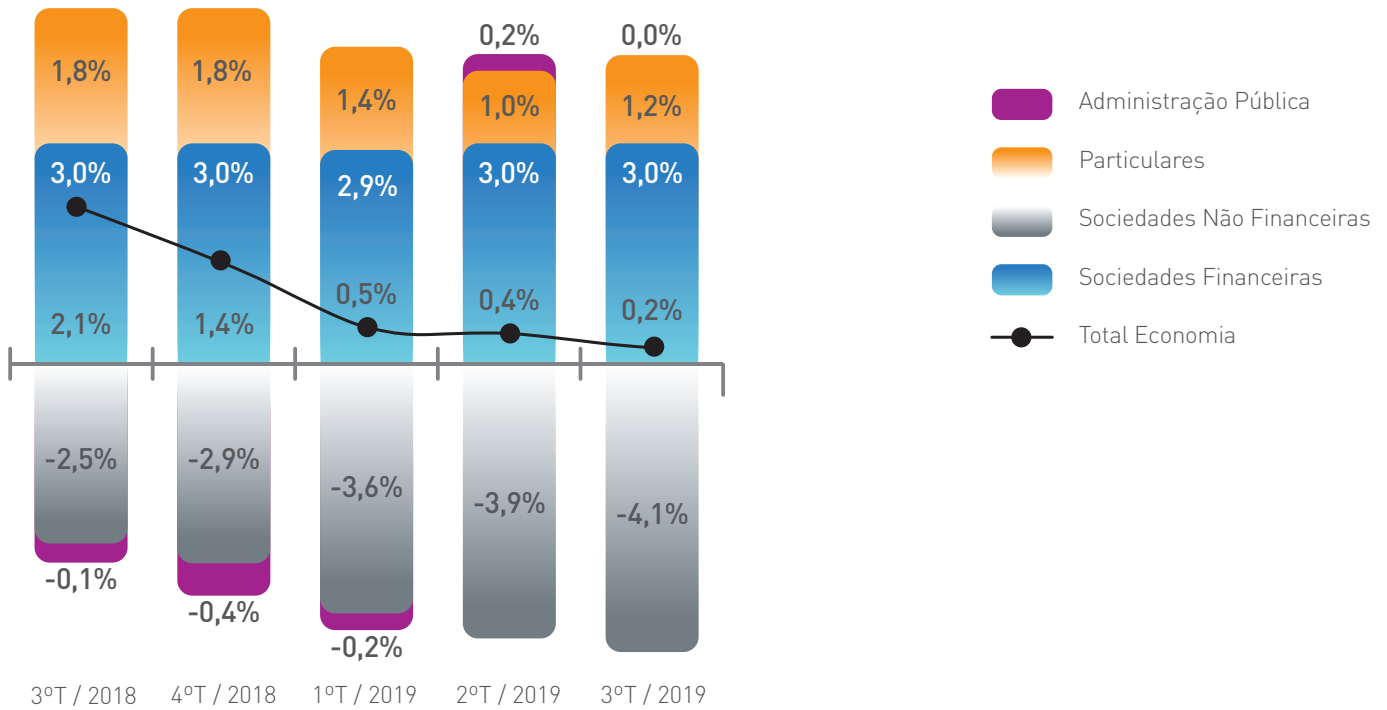
EM PORTUGAL

De acordo com o Boletim Económico, no primeiro semestre de 2019 o produto interno bruto (PIB) manteve a trajetória de desaceleração observada desde meados de 2017, crescendo 2.0%, em termos homólogos (2.4% no conjunto de 2018). Contudo, a atividade económica em Portugal manteve alguma resiliência quando comparada com a evolução no conjunto da área do euro, onde se observou um abrandamento mais acentuado nos últimos trimestres.

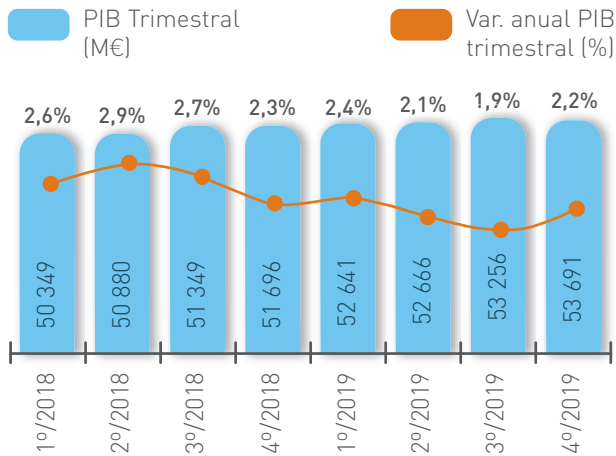
A desaceleração do PIB em Portugal reflete a evolução da procura externa, num contexto em que o crescimento da procura interna se manteve globalmente estável. O arrefecimento da procura externa foi determinado pela desaceleração da atividade económica e do comércio mundial, num enquadramento externo marcado pelo aumento da incerteza e do protecionismo. As exportações registaram um crescimento inferior ao observado em anos anteriores, apesar de o desempenho ter sido melhor do que o observado na segunda metade de 2018.



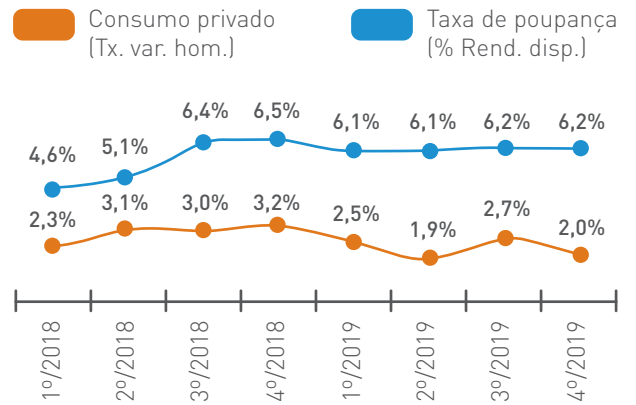
Capacidade de Financiamento (% PIB)



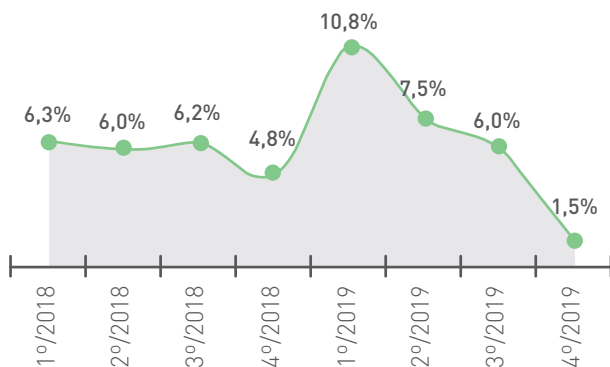
Produto Interno Bruto (trimestral)



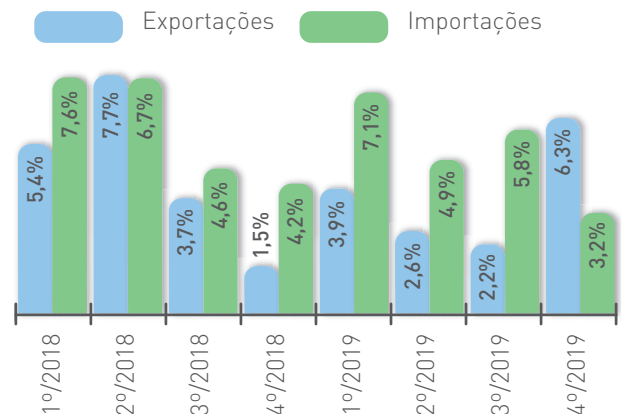
Consumo privado e taxa de poupança



FBCF (taxa de variação homóloga)



Exportações e Importações (taxa de variação homóloga)



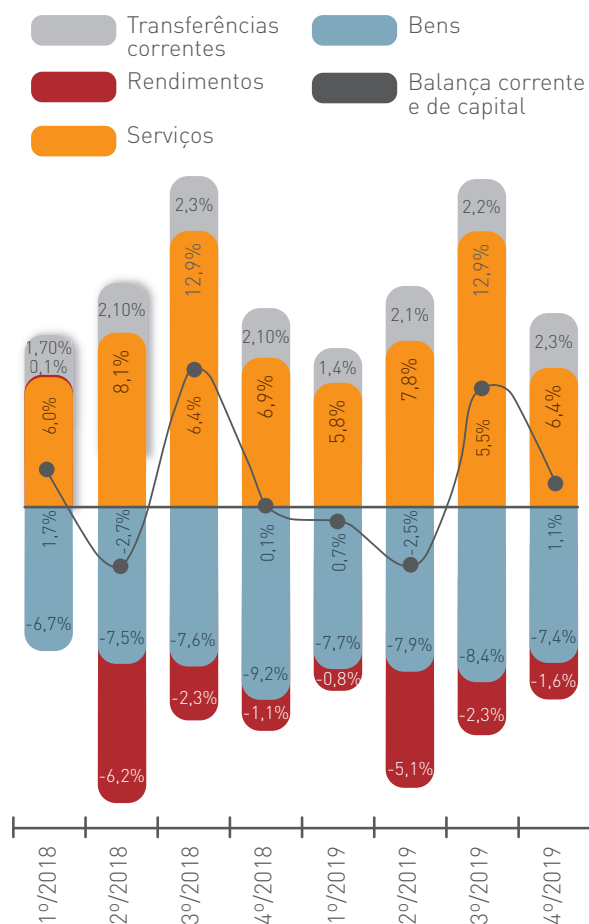
Após um crescimento significativo em 2018 (3.1%), o consumo privado desacelerou para 2.3% em 2019. No que diz respeito ao ano de 2019, após uma variação em termos homólogos de 2.3% no primeiro semestre, a projeção tem implícito um crescimento do consumo privado no segundo semestre próximo do observado na primeira metade do ano.

Ao longo do horizonte de projeção, a FBCF deverá ser a componente da despesa a apresentar o crescimento mais dinâmico. Após uma aceleração em 2019 para 7.3%, o investimento deverá crescer a taxas progressivamente menores (4.3% em 2022).

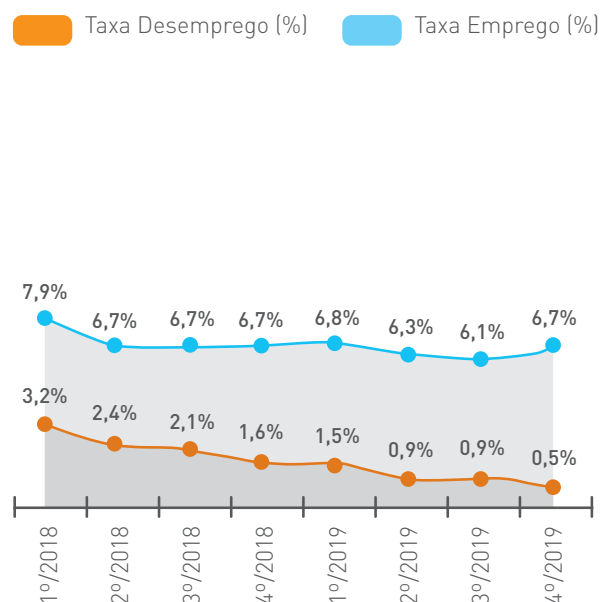
O forte crescimento da FBCF no conjunto de 2019 está muito associado à componente de construção, influenciado pela execução de projetos de infraestruturas de grande dimensão, nalguns casos associados a investimento público e beneficiando de financiamento europeu, bem como pelo dinamismo da construção residencial. Após um crescimento em termos homólogos próximo de 10% no primeiro semestre, ter-se-á verificado, de acordo com a informação da estimativa rápida do PIB, uma desaceleração da FBCF no terceiro trimestre. Esta deverá prosseguir no último trimestre do ano, de acordo com as atuais projeções. O abrandamento no segundo semestre reflete uma desaceleração marcada das componentes de máquinas e equipamento e de material de transporte, mantendo a FBCF em construção um crescimento em termos homólogos forte e relativamente estável.

De acordo com as estatísticas da balança de pagamentos, no primeiro semestre de 2019 a balança corrente e de capital registou um défice de 2% do PIB, que compara com um saldo equilibrado no período homólogo. É de referir que a evolução do saldo da balança corrente e de capital nos últimos anos tem sido influenciada pela sazonalidade das operações, registando-se saldos inferiores na primeira metade do ano face à segunda. A deterioração da balança de bens reflete o crescimento de 7.8% das importações, enquanto as exportações apenas avançaram 2.2%. A decomposição da balança corrente e de capital permite aferir que a evolução na primeira metade do ano resultou principalmente do aumento do défice da balança de bens para 8.2% do PIB (6.8% no período homólogo). Para esta evolução contribuiu a deterioração dos saldos das balanças de bens energéticos e de bens excluindo energéticos.

Balança corrente e de capital (valor líquido em % do PIB)



Taxa emprego e taxa desemprego



O crescimento lento das exportações em 2019 está diretamente associado ao abrandamento da procura externa. A evolução ao longo do ano das exportações é afetada por alguns fatores idiossincráticos, em particular várias paragens na produção de refinarias ao longo dos três primeiros trimestres do ano, com impacto nas exportações de bens energéticos. Após um crescimento homólogo de 2.3% no primeiro semestre, as exportações reais de bens e serviços deverão acelerar ligeiramente na segunda metade do ano, refletindo uma forte recuperação das exportações de bens energéticos no último trimestre e um maior crescimento das exportações de serviços.

As importações registaram um crescimento superior ao das exportações, o que se traduziu numa deterioração do saldo da balança de bens e serviços.

Os dados do INE, revelam que no primeiro semestre de 2019 o emprego registou um crescimento de 1.2%, em termos homólogos, um valor que representa uma desaceleração de 0,7 pp face ao segundo semestre de 2018. O crescimento da atividade produtiva continuou a refletir-se numa melhoria da situação do mercado de trabalho, com a continuação da redução da taxa de desemprego e a manutenção do crescimento do emprego, embora a um ritmo inferior ao registado em 2018.

Em 2019, a capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo saldo da balança corrente e de capital, deverá situar-se em 0.5% do PIB, um valor inferior ao do ano anterior (1.4% do PIB). A redução deste saldo é explicado pela deterioração da balança de bens e serviços, refletindo um maior défice ao nível do comércio de bens e um menor excedente da balança de serviços. Ao nível das restantes balanças, projeta-se uma melhoria do saldo das balanças de rendimento primário e secundário e uma estabilização do saldo da balança de capital. Assinale-se o impacto positivo da redução de pagamentos de rendimento de investimento ao exterior – num quadro de manutenção de taxas de juro baixas – e do aumento das transferências recebidas da UE.

De acordo com as atuais projeções do BdP, o PIB deverá desacelerar ao longo do horizonte de projeção, para 2% em 2019, 1.7% em 2020 e 1.6% em 2021-22. Esta evolução corresponde a um processo de maturação do ciclo económico e traduz-se numa aproximação do ritmo de crescimento da atividade ao que se estima ser o crescimento potencial. No que respeita ao consumo privado, após um crescimento significativo em 2018 (3.1%), o consumo privado desacelerou para 2.3% em 2019 e, de forma gradual, para 1.7% em 2022. A trajetória projetada de ligeiro abrandamento do consumo privado para o período 2020-22 reflete essencialmente o perfil da componente de bens não duradouros e serviços. O consumo de bens duradouros deverá apresentar um crescimento médio neste horizonte próximo do projetado para o rendimento disponível e bastante mais moderado do que os observados no período 2014-18 (cerca de 11.5%, em média).

As exportações continuarão a aumentar e a ser um peso positivo no PIB, uma tendência extensível a todos os setores, destacando-se o turismo, que registou o maior crescimento acumulado. A FBCF empresarial deverá continuar a ser a componente com maior contributo para a variação da FBCF total ao longo do horizonte de projeção. Após o forte aumento de 2019, esta componente da FBCF deverá manter um crescimento em linha com a elasticidade histórica face à atividade no final do horizonte de projeção. A evolução projetada é compatível com a manutenção da tendência de redução do nível de endividamento das empresas em percentagem do PIB. A FBCF empresarial deverá beneficiar de um conjunto de fatores favoráveis ao investimento, destacando-se as perspetivas relativamente benignas para a procura global, o nível elevado de utilização de capacidade produtiva, a manutenção de condições de financiamento favoráveis e o fluxo de financiamento europeu.

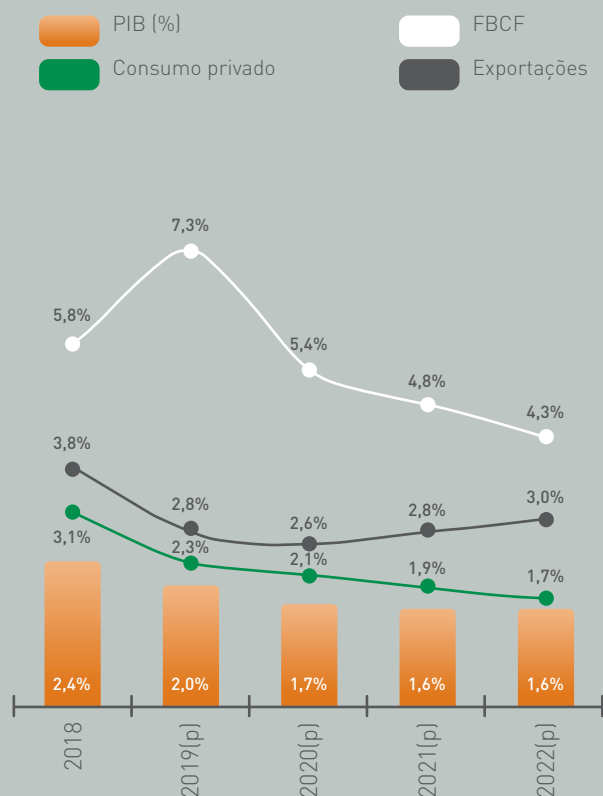
Em contraste, o investimento público e o investimento em habitação permanecem abaixo da média observada antes da crise financeira internacional. O peso do consumo privado no PIB manteve-se relativamente inalterado neste período. As atuais projeções têm subjacente a continuação destas tendências, consistentes com um perfil de crescimento sustentável da economia portuguesa.

Em termos de importação, a projeção para o PIB reflete um contributo progressivamente menor das exportações em 2018-22. O contributo da procura interna líquida de conteúdos importados para o crescimento do PIB também se deverá reduzir ligeiramente ao longo do horizonte de projeção.

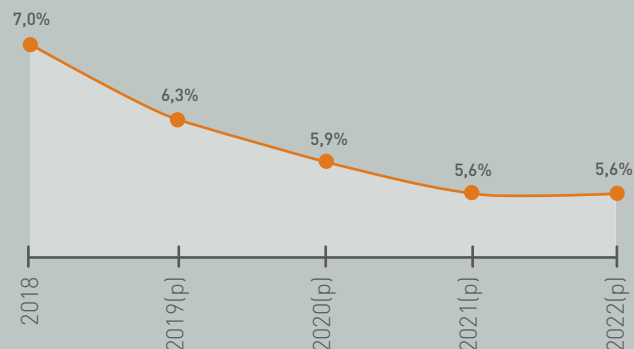
Após o país ter atravessado uma fase recessiva sem precedentes, a economia portuguesa deverá crescer a um ritmo superior ao potencial no período 2018-2022, tirando partido de um enquadramento internacional favorável. No entanto, persistem fragilidades estruturais que não devem ser ignoradas, traduzindo os vários desafios demográficos, tecnológicos e institucionais que condicionam o potencial de crescimento da economia portuguesa. A prevalência de

taxas de crescimento da atividade mais elevadas, em Portugal e na área do euro, estará, por conseguinte, dependente de um maior crescimento da produtividade.

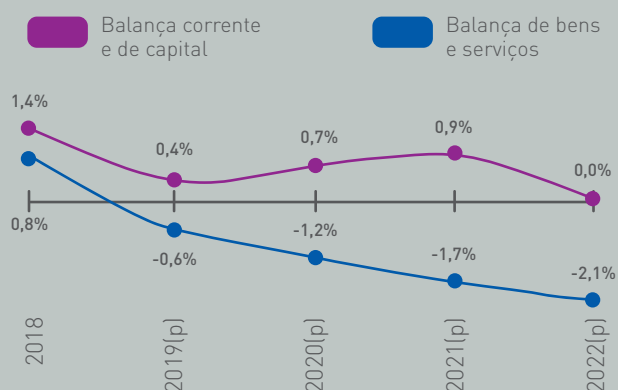
Evolução do PIB e componentes da procura global (taxa de variação anual %)



Taxa de Desemprego | taxa de variação anual (%)



Balança corrente e de capital (valor líquido em % do PIB)



Para Portugal, sentiu-se o efeito na bolsa, que abriu em queda, o PSI-20, a descer 5.28% para os 3.634,95 pontos. Com 10 das cotadas a perder mais de 5% e nenhuma no verde, o índice precipita-se para um mínimo de 1.993. Na segunda semana de março 2020 o PSI-20 tinha afundado para mínimos de 1.996, tendo agora quebrado essa barreira em baixo.

O novo vírus Covid-19 que teve início na China, na cidade de Wuhan, em dezembro de 2019 e a guerra de preços do petróleo entre a Rússia e a Arábia Saudita, dois dos maiores produtores mundiais, têm vindo a provocar perdas avultadas.

Perante o agravamento do surto do novo vírus, o Governo anunciou a implementação de medidas, nomeadamente, reforço dos gastos em saúde, proteção social aos trabalhadores, criação de duas linhas de crédito, uma de apoio à tesouraria das empresas de 200 milhões de euros, e outra para as microempresas do setor turístico, no valor de 60 milhões de euros, assim como também foram prorrogados os prazos de pagamentos de impostos e outras obrigações declarativas.

Foi também criado um regime de lay off simplificado, com apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho em empresas em situação de crise, no valor de 2/3 da remuneração, assegurando a Segurança Social o pagamento de 70% desse valor, sendo o remanescente suportado pela entidade empregadora. Durante o período de lay off, é criado, no âmbito contributivo, um regime excecional e temporário de isenção do pagamento de contribuições à Segurança Social por parte de entidades empregadoras.

O Conselho de Ministros decidiu igualmente tomar medidas de organização e funcionamento dos serviços públicos e de outros estabelecimentos, de que se destaca a suspensão de todas as atividades letivas e não letivas presenciais

nas escolas de todos os níveis de ensino a partir do dia 16 de março. Na organização dos serviços públicos, foram reforçados os serviços digitais, e estabelecidas limitações de frequência para assegurar a possibilidade de manter distância de segurança.

Fontes: INE; Banco de Portugal, Eurostat; BPI Nota Informativas, Gov, UNCTAD 2019

05 QUADRAMENTO SETOR FARMACÊUTICO

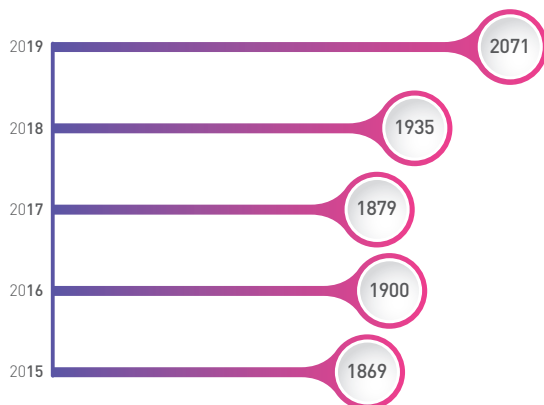
De acordo com a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA) no ano de 2019, o mercado ambulatorio totalizou vendas de 2.071 M e 264,8 milhões de embalagens. Em termos homólogos, estes valores representam crescimentos de +7% e 3.8%, respetivamente, ou seja, mais 135,6 M e 9,8 milhões de embalagens. O preço médio unitário foi de 7,82, representando um aumento 3.1%.

O crescimento no acumulado do ano deve-se à dinâmica de ambos os segmentos de mercado, marcas e genéricos, que registaram crescimentos homólogos, em valor, de 6,5% e 9,1%, respetivamente.

O mercado compartilhado representou no ano de 2019, 79.6% do valor do mercado ambulatorio, e com uma dinâmica de crescimento, 6.7%, face a 2018. O mercado concorrencial também aumentou em 3.6%.

No conjunto de 2019, o Top 10 de vendas, em valor, continua a ser ocupado pelas classes terapêuticas que incluem os medicamentos usados no tratamento das doenças crônicas mais comuns. A ocupar o 1º lugar está a classe dos anti-diabéticos orais inibidores da DPP-IV, com uma quota de 6.2%, seguida dos anticoagulantes orais com 5.6%. Segundo dados da APIFARMA, em 2019, o mercado de genéricos totalizou vendas de 418,7 M e 85,3 milhões de embalagens, a que correspondem crescimentos homólogos de 9.2% e 8.5%, respetivamente, e um preço médio unitário de 4,91 euros (PVA).

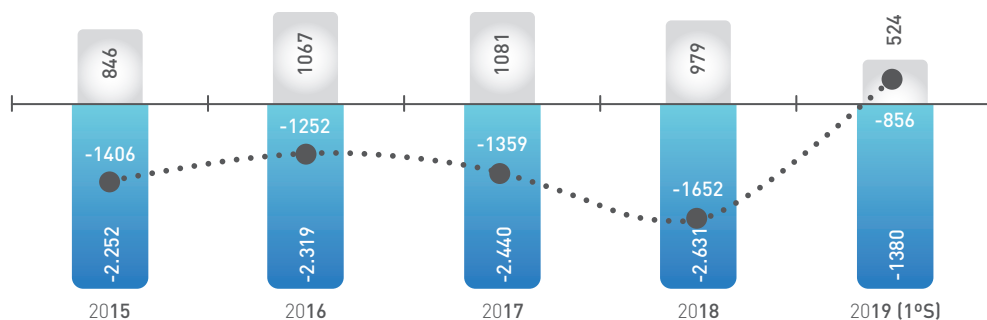
Valor de mercado (PVA) - Milhões de €



Volume de Vendas milhões de embalagens



Exportações e importações na Indústria Farmacêutica



De acordo com a monitorização da APIFARMA junto das suas associadas, a dívida das entidades públicas à indústria farmacêutica, depois de 5 meses consecutivos a crescer, tendo atingido o valor máximo em novembro de 1.043,1 M€, em dezembro reduziu para o valor mais baixo dos últimos anos, resultado dos pagamentos extraordinários realizados no final do ano pelo Estado.

Assim em dezembro a dívida total totalizou nos 625,1 M€, e a dívida vencida desceu para os 338,8 M€, representando 54.2% do total. O prazo médio de recebimento reduziu para os 219 dias, mas continua muito acima do prazo definido pela Diretiva aplicável.

Com base nos dados do INE, em Portugal, a Balança Comercial da indústria farmacêutica é deficitária, com saldos de -1,7 mil milhões de euros em 2018 [+21.7% face ao ano anterior] e de -856 milhões no 1.º semestre de 2019 [+2.3% face ao semestre homólogo de 2018].

No 1.º semestre de 2019, a preços do semestre homólogo do ano anterior, os índices de preço encontrados foram +0.5% e +0.4%, respetivamente para as importações e para as exportações, com correspondentes taxas de variação em volume de +4% e +7.8%.

Os medicamentos predominam sobre o conjunto dos restantes produtos farmacêuticos. Nas importações representaram 75% do total em 2018 e 74% no 1.º semestre de 2019. Na vertente das exportações o seu peso é ainda superior, 86.4% em 2018 e 85.1% no 1.º semestre de 2019.

Nas importações portuguesas de medicamentos e outros produtos farmacêuticos prevalece o espaço intracomunitário [90.3% em 2018 e 91.7% no 1.º semestre de 2019]. Na vertente das exportações é ainda a UE o principal destino, mas com o conjunto dos países terceiros a representarem uma fatia já significativa [35.8% em 2018 e 34.5% no 1.º semestre de 2019].

No 1.º semestre de 2019 as principais importações incidiram na Alemanha (19,9%), Espanha (12,8%), Países Baixos (10,6%), Bélgica e Itália (9,8% cada), França (7,2%) e Reino Unido (6,8%). As exportações tiveram por destinos dominantes a Alemanha (15%), os EUA (13,2%), o Reino Unido (13%), a Espanha (6%) a França (5,4%), a Bélgica (5,2%), a Irlanda e Angola (4,9% cada).

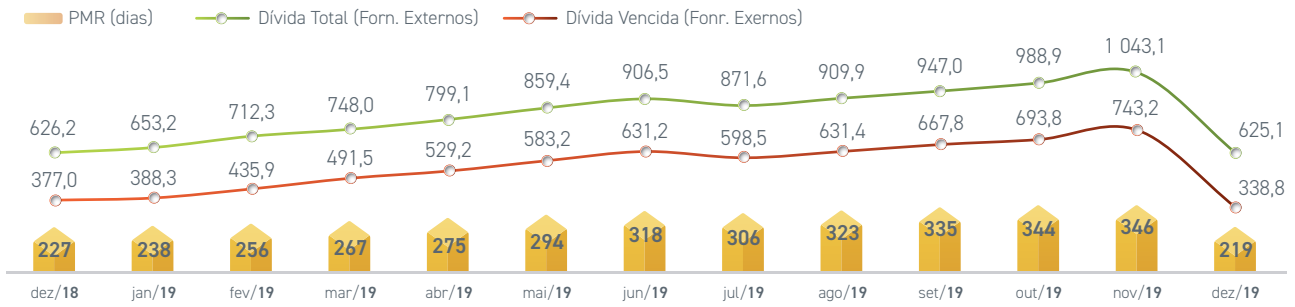
Em 2019, o Infarmed – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde autorizou 142 ensaios clínicos com melhoria na eficiência que se traduz numa diminuição de 15% do tempo médio para decisão para 34 dias [face a 40 dias em 2018]. Foi ainda possível verificar, em 2019, um número mais elevado de ensaios clínicos autorizados nas áreas de oncologia e sistema nervoso central e um aumento do número de ensaios clínicos submetidos de fase I e de fase IV.

Foram concedidas 843 autorizações substanciais, o número mais elevado de sempre, representando um aumento de 53% face a 2018 tendo sido demonstrada elevada capacidade de resposta com um tempo médio de decisão de 21 dias. Em tempos de grande mudança, o setor farmacêutico enfrenta alguns desafios. Estes desafios na perspetiva dos gestores de topo da indústria farmacêutica estão relacionados com o crónico subfinanciamento do sistema de saúde, revelado no facto de Portugal ser dos países da OCDE cujo investimento em saúde, em termos de percentagem do PIB, mais baixo. Simultaneamente, segundo os gestores é necessário repensar os atuais modelos de financiamento e procurar encontrar uma solução que permita, por um lado garantir sustentabilidade do sistema, e por outro, agilizar o acesso da população à inovação.

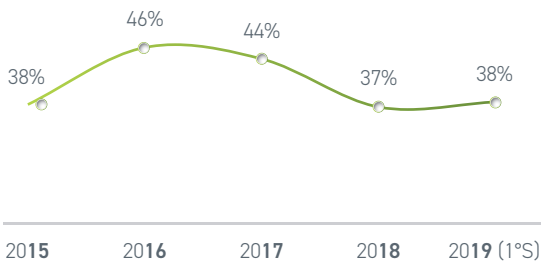
Entre esses desafios está seguramente a agilização do processo de aprovação de medicamentos, seja no que respeita à autorização de introdução no mercado, seja quanto aos prazos de avaliação das participações. Assim como, o desenvolvimento das tecnologias de informação em cuidados de saúde, promovendo a digitalização e o tratamento de dados a uma escala sem precedentes, otimizando e complementando processos clínicos e cuidados de saúde.

O desenvolvimento do cluster da saúde, como motor económico; na potenciação da investigação científica e clínica, das exportações e do investimento, na internacionalização das empresas nacionais, no desenvolvimento de redes de colaboração e na promoção de emprego qualificado.

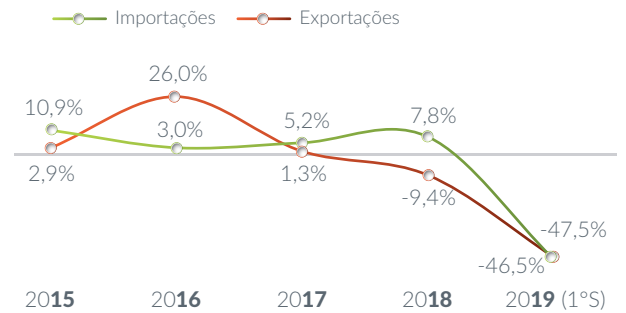
Evolução Mensal - Valor em Milhões de €



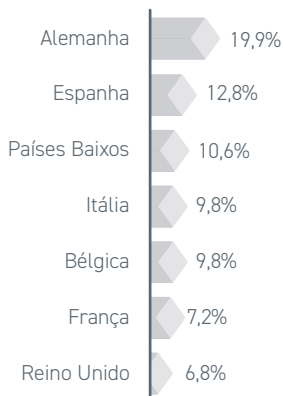
Rácio Exp / Imp (%)



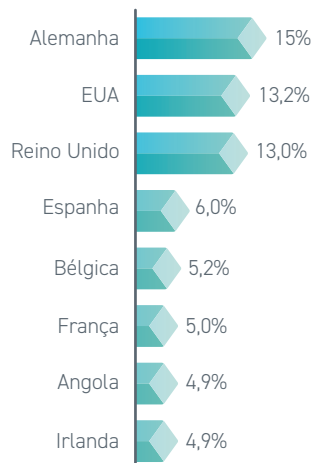
Exportações e Importações da Indústria Farmacéutica | Variação homóloga (%)



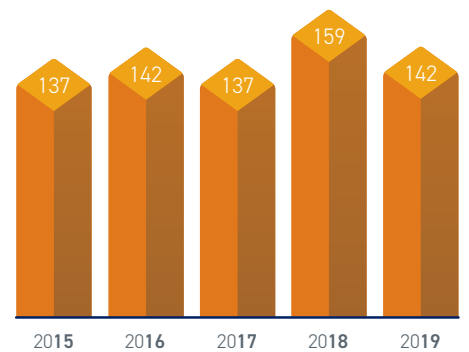
Importações Medicamentos e Produtos Farmacéuticos (1ºS 2019)



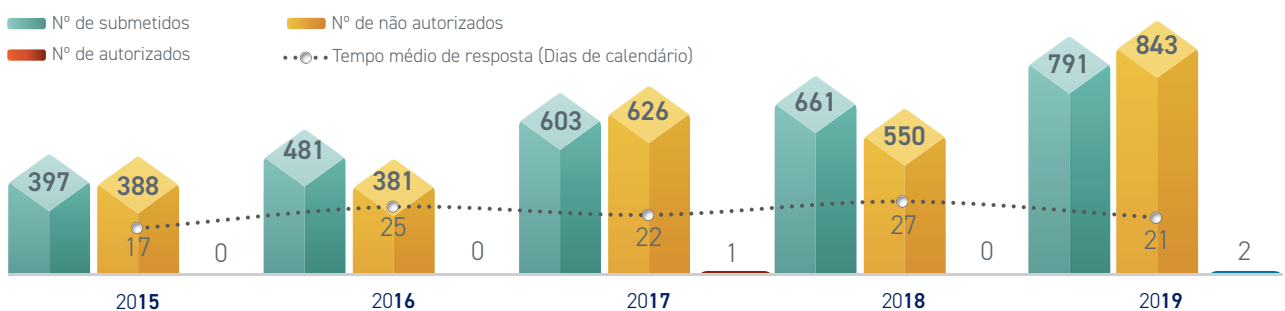
Exportações Medicamentos e Produtos Farmacéuticos (1ºS 2019)



Nº Ensaio Clínicos Submetidos



Pedidos de Alteração Substancial (PAS)



Segundo os gestores, os desafios que se colocam a indústria farmacêutica a nível jurídico estão relacionados com a introdução de medicamentos inovadores no sistema de saúde, a par da necessidade de observar os imperativos éticos de garantia de acesso, e equidade, cria fortes desafios para a indústria farmacêutica, e para as entidades reguladoras, os quais têm impacto direto a nível regulatório. Nesse contexto, a evolução que se tem verificado a nível da introdução de medicamentos inovadores caminha no sentido de um enquadramento regulatório mais complexo, em que a adoção de mecanismos de partilha de risco se tem intensificado, e a avaliação prévia se tem tornado mais exigente, envolvendo nomeadamente, o recurso a programas de acesso precoce com a dispensa gratuita de medicamentos. A necessidade de controlo da despesa pública em medicamentos tem-se também traduzido num regime regulatório cada vez mais restritivo da publicidade a medicamentos, e a nível das regras de transparência nas relações entre profissionais de saúde e agentes da indústria. Esta tendência implica por um lado, a necessidade de controlos mais apertados por parte das empresas relativamente às suas práticas a nível da publicidade e comunicação, e introdução de políticas disciplinares e normas mais robustas. Por outro lado, origina também dificuldades para as empresas que comercializam produtos sujeitos a esta forte regulação, em face do surgimento no mercado de múltiplos produtos fronteira, como é o caso de alguns suplementos alimentares, que não estão sujeitos às mesmas restrições a nível de publicidade, apresentam-se como produtos concorrentes de medicamentos, e não estão sujeitos à fiscalização do Infarmed.

O novo COVID-19, identificado pela primeira vez a dezembro de 2019, na China, expandindo-se pelo resto do mundo tornando-se numa pandemia a nível mundial tendo consequências a nível económico, social e humano traduzindo-se em emergência de saúde pública. Até ao momento há cinco vacinas em estado avançado de desenvolvimento. Uma delas já foi mesmo testada em humanos, segundo o Instituto Nacional de Saúde norte-americano. "A fase 1 do ensaio clínico para avaliar uma vacina em investigação projetada para a doença de coronavírus 2019 (COVID-19) começou no Instituto de Pesquisa em Saúde Kaiser Permanente Washington em Seattle". A indústria farmacêutica estima que uma vacina contra o coronavírus, na qual inúmeros laboratórios estão a trabalhar simultaneamente em diferentes partes do mundo, não poderá ser desenvolvida e comercializada antes de doze a dezoito meses.

No âmbito dos fármacos, os principais testes para tratamentos incluem fármacos utilizados para tratar outras doenças (Malária, Ébola) que, pela sua composição, podem ser úteis para combater o novo coronavírus.

A Apifarma (Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica) afirma que para tentar combater e travar esta doença infecciosa é necessário que a indústria farmacêutica continue a assegurar o fabrico e o fornecimento de medicamentos e dispositivos médicos.

Para a atualidade a Indústria Farmacêutica e todos os profissionais de saúde são peças essenciais e fundamentais na gestão e combate à pandemia de COVID-19.

Fonte: Infarmed, Apifarma, INE, Iqvia, Jornal Económico, BBC

06 ANÁLISE ECONÓMICA

valores em euros	2019	2018	Var. %
Volume de negócios	11 464 820	10 270 206	11,6%
Resultado Bruto	3 826 652	3 262 761	17,3%
EBITDA	399 096	658 784	-39,4%
margem EBITDA	3,48%	6,41%	-2,93 pp
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	63 518	433 377	-85,3%
EBIT	335 578	225 407	48,9%
margem EBIT	2,93%	2,19%	0,73 pp
Resultados financeiros	(13 943)	(30 499)	54,3%
Resultados antes de impostos	321 635	194 908	65,0%
Resultado líquido do período	203 776	127 956	59,3%

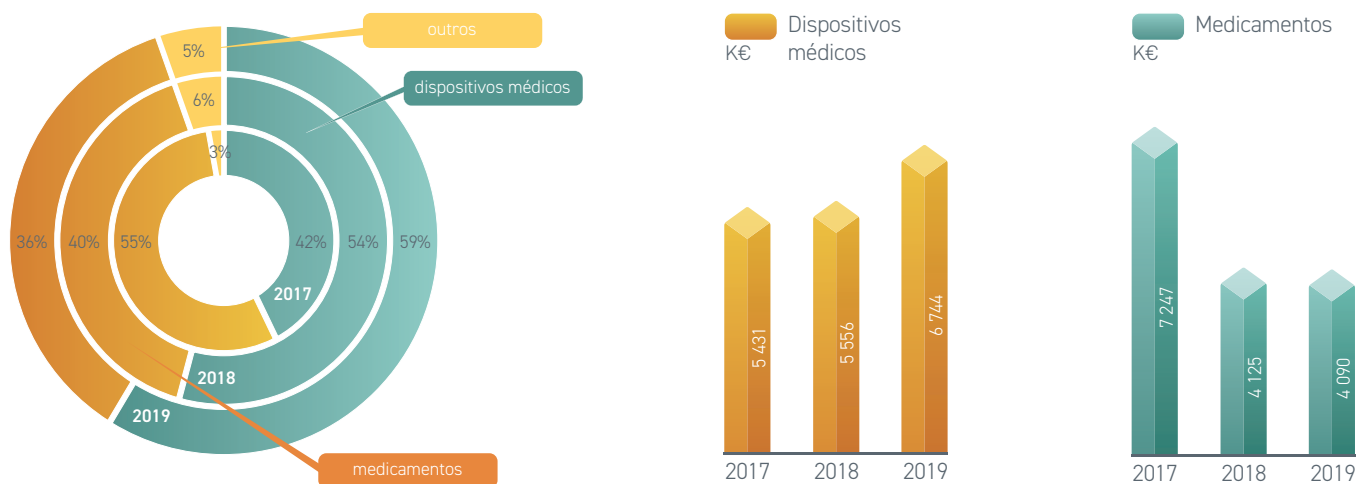
6.1 VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2019, o volume de negócios registou um crescimento de 11.6% para os 11.464.820 euros, comparativamente aos 10.270.206 euros registados no ano 2018.

volume de negócios	2019		2018		Var. %
	euros	Peso %	euros	Peso %	
Dispositivos Médicos	6 744 373	59%	5 555 608	54%	21,4%
Medicamentos	4 090 484	36%	4 124 692	40%	-0,8%
Outros	629 964	5%	589 906	6%	6,8%
	11 464 820	100%	10 270 206	100%	11,6%

Em 2019, a venda de Dispositivos Médicos ascendeu a 6.744.373 euros, registando um crescimento de 21.4%, relativamente ao ano de 2018. Procedeu-se à alteração do montante de 316.293 euros relativamente a Dispositivos Médicos no ano 2018 justificado pela reclassificação de um tipo de produto para Outros pois não tem a classificação técnica de Dispositivos Médicos.

O desempenho positivo registado nas vendas de Dispositivos Médicos permitiu reforçar o contributo deste segmento para o volume de negócios, que em 2019 ascendeu a 59%, comparativamente aos 54% registados em 2018. A venda de Medicamentos ascendeu a 4.090.484 euros, registando um decréscimo de 0.8%, relativamente ao ano 2018. Os Medicamentos representam 36% do volume de negócios comparativamente aos 40% registados em 2018.



6.2 RESULTADOS

Os resultados brutos registaram um aumento de 17.3%, para 3.826.652 euros relativamente aos 3.262.761 euros, registados no ano de 2018. A margem bruta ascendeu a 33.4%, registando um ajustamento positivo de 1.61 p.p. comparativamente a 2018. Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registaram um decréscimo de 39.4% para 399.096 euros evidenciando um ajustamento negativo na margem de 2.93p.p. relativamente ao ano de 2018. Os resultados antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) registaram um aumento de 48.9% para 335.578 euros, evidenciando um ajustamento na margem de 0.73 p.p. relativamente ao ano de 2018.

Os gastos com depreciações ascenderam a 63.518 euros, registando uma diminuição de 85.3% face ao ano de 2018, justificado pela depreciação em 2018 de instrumentos de cirurgia adquiridos no âmbito da parceria estabelecida com a entidade americana Globus Medical para a área de Cirurgia da Coluna.

valores em euros	2019	2018	Var. %
Juros e rendimentos similares suportados	(13 943)	(30 499)	54,3%

Em 2019, os resultados financeiros registaram um movimento positivo de 16.556 euros para 13.943 euros negativos, relativamente ao ano 2018, que havia registado 30.499 euros negativos.

6.3 INVESTIMENTO

O investimento em 2019 ascendeu a 21.238 euros, a que corresponde um decréscimo de 96.9% face a 2018.

O investimento em ativos fixos tangíveis ascendeu a 18.460 euros, registando um decréscimo de 97.2% comparativamente a 2018, justificado essencialmente pela aquisição de material administrativo.

O investimento em ativos intangíveis ascendeu a 2.778 euros, registando uma diminuição de 73.5% comparativamente a 2018.

valores em euros		2019	2018	Var. %
Investimentos	Ativos fixos tangíveis	18 460	664 427	-97,2%
	Ativos intangíveis	2 778	10 476	-73,5%
		21 238	674 903	-96,9%

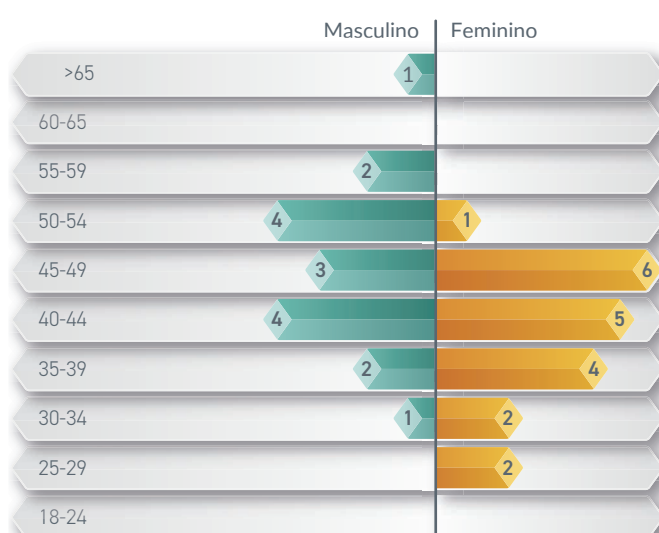
6.4 RECURSOS HUMANOS

Em 2019, o número de colaboradores aumentou (+3), terminando o ano com 37 colaboradores, tendo o valor de remunerações e encargos suportados (segurança social, seguros) neste período ascendido a 1.355.814 euros, o que se traduziu num crescimento de 8,7%, comparativamente ao ano 2018.

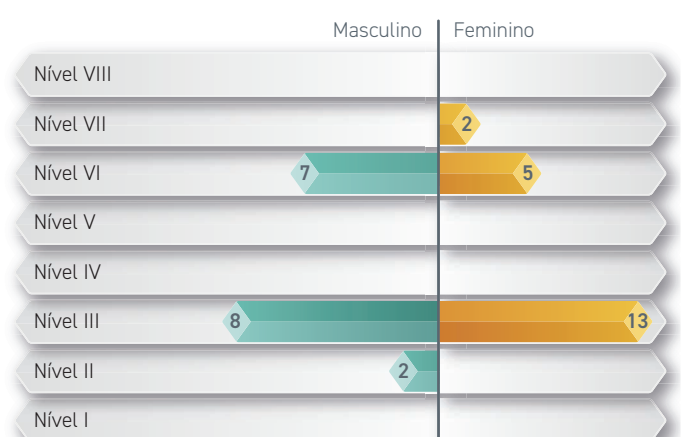
Em 2019, registou-se um ajustamento positivo dos índices de desempenho e contribuição por colaborador, traduzidos pelo crescimento de 17,5 % do rácio VAB/Colaborador, comparativamente a 2018.

valores em euros	2019	2018
Número de trabalhadores no final do período	37	34
Número médio de trabalhadores ao longo do período	34	33
Idade média dos trabalhadores	42	44
Antiguidade média dos trabalhadores (anos)	6,0	5,8
Horas de formação totais	155,0	315,0
Média de horas de formação por trabalhador	4,19	9,26
Gastos com o pessoal	1 355 814	1 247 505
Gastos médios por trabalhador	36 644	36 691
VAB por trabalhador	57 211	48 689
Taxa geral de absentismo	3,8%	2,0%

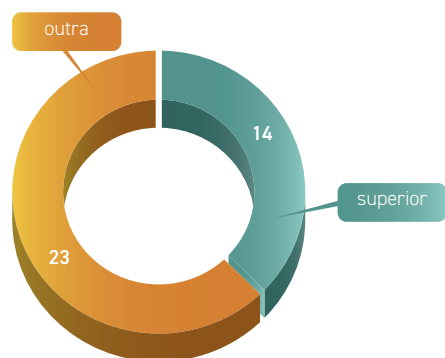
Idade



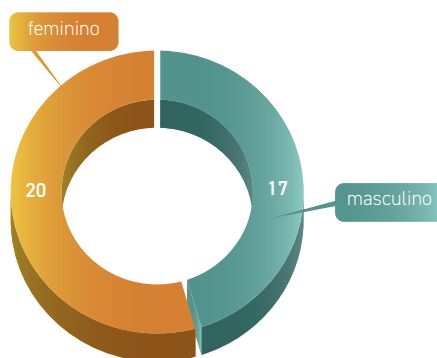
Habilitações



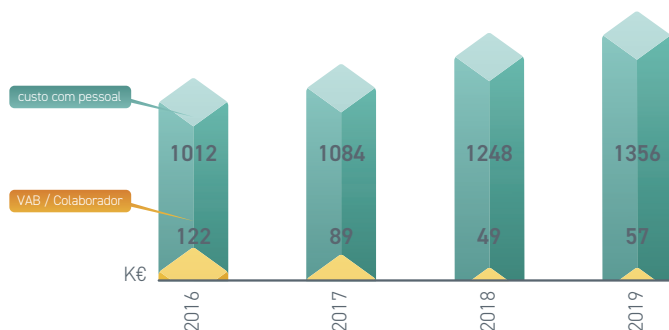
| Habilitações 2019



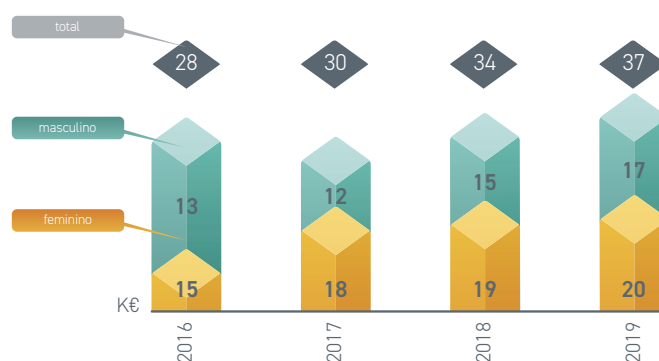
| Género 2019



| Gastos com pessoal



| N° Colaboradores



6.5 SITUAÇÃO FINANCEIRA

valores em euros	2019	Peso%	2018	Peso%	Var. %
Ativos Fixos	220 027	1,6%	262 307	1,9%	-16,1%
Outros ativos não correntes	6 042	0,0%	5 287	0,0%	14,3%
Inventários	5 172 266	36,9%	5 583 472	40,0%	-7,4%
Devedores correntes	8 075 368	57,7%	7 788 001	55,9%	3,7%
Disponibilidades e equivalentes	528 833	3,8%	303 421	2,2%	74,3%
Ativo Total	14 002 536	100,0%	13 942 487	100,0%	0,4%
Capital Próprio	12 106 182	86,5%	11 913 906	85,5%	1,6%
Outros passivos correntes	1 892 521	13,5%	2 021 517	14,5%	-6,4%
Divida correntes	3 832	0,0%	7 064	0,1%	-45,7%
Passivo Total	1 896 353	13,5%	2 028 581	14,5%	-6,5%

O ativo total a 31 de dezembro de 2019 ascendeu a 14.002.536 euros, face a 13.942.487 euros em dezembro de 2018. O ativo é composto maioritariamente por mercadorias, clientes e outras contas a receber, representando, em 2019, 37%, 16% e 42% do ativo total, respetivamente.

Os capitais próprios aumentaram de 11.913.906 euros para 12.106.182 euros em 31 de dezembro de 2019. O movimento nos capitais próprios resultou do resultado líquido gerado no período de 2018, que ascendeu a 203.776 euros e pela regularização de dívida de cliente no montante de 11.500 euros.

O rácio entre Capitais Próprios e Ativo (autonomia financeira) situou-se, no fim de 2019, nos 86.5%, face aos 85.5% em 2018. A empresa reforçou a posição financeira, incrementando a capacidade de solver as obrigações com recurso aos capitais próprios que registaram um crescimento de 1.6%.

O passivo total a 31 de dezembro de 2019 ascendeu 1.896.353 euros, face a 2.028.581 euros em dezembro de 2018. O passivo é composto maioritariamente por fornecedores representando 70.4% do passivo total em 2019.

Em 2019, o fundo de maneo ascendeu a 11.880.113 euros registando um ajustamento positivo de 2.0% comparativamente a 2018. As necessidades de fundo de maneo ascenderam a 11.355.113 euros, registando um ajustamento negativo de 0.05% comparativamente a 2018, com o investimento em necessidades de fundo de maneo a ascender a 5.157 euros.

O prazo médio de recebimentos (PMR) calculado em 69 dias, face aos 94 dias calculado em 2018. O prazo médio de pagamentos (PMP) calculado em 54 dias, face aos 79 dias calculado em 2018. O prazo médio de Stocks (PMS) calculado em 247 dias, face aos 291 dias calculado em 2018.

valores em euros	2019	2018	Var. %
Ativos não correntes	226 069	267 594	-15,5%
Capitais próprios	12 106 182	11 913 906	1,6%
Fundo de maneo	11 880 113	11 646 312	2,0%
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	13 247 634	13 371 473	-0,9%
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	1 892 521	2 021 517	-6,4%
Necessidades de fundo de maneo	11 355 113	11 349 955	0,0%
Caixa e equivalentes de caixa	528 833	303 421	74,3%
Dívida financeira corrente	3 832	7 064	-45,7%
Tesouraria líquida	525 000	296 357	77,2%

Em 2019, a empresa não contratou novas operações de financiamento, evidenciando apenas o montante em dívida referente à utilização de cartões de crédito, cujo montante ascendeu a 3.832 euros, comparativamente aos 7.064 euros registados em 2018.

De referir que a empresa no decurso da sua atividade, no âmbito da gestão de tesouraria, recorre a factoring sem recurso, pelo que não apresenta dívida no encerramento do período.

O rácio da dívida líquida pelo valor EBITDA apresenta em 2019 o valor de 0x. O rácio calculado enquadra-se abaixo do limite máximo convencionado (< 4x), para efeito de análise de risco.

valores em euros	2019	2018	Var. %
Dívida Líquida	0	0	-
EBITDA	399 096	658 784	-39,4%
Dívida Líquida / EBITDA	0,00 x	0,00 x	0,00 x

Dívida Líquida: dívida financeira (incl. leasing) + suprimentos - disponibilidades

6.6 INDICADORES DESEMPENHO

valores em euros	2019	2018	Var. %
Económicos			
EBITDA	399 096	658 784	-39,4%
EBIT	335 578	225 407	48,9%
EBITDA %	3,5%	6,4%	-2,9 pp
EBIT %	2,9%	2,2%	0,7 pp
VAB	2 116 794	1 655 417	27,9%
Rentabilidade			
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,7%	1,1%	0,6 pp
Rentabilidade do Ativo	1,5%	0,9%	0,5 pp
Rentabilidade Operacional das Vendas	2,9%	2,2%	0,7 pp
Estrutura			
Autonomia Financeira	86,5%	85,5%	1,0 pp
Solvabilidade	6,38	5,87	0,51
Debt to Equity	0,00	0,00	0,0
Leverage	0,0%	0,1%	0,0 pp
Regra Equilíbrio Financeiro Mínimo (REFM) >1	53,55	44,52	9,0
Liquidez			
Liquidez Geral	7,3	6,7	0,5
Liquidez Reduzida	4,5	4,0	0,5
Liquidez Imediata	0,3	0,1	0,1
Atividade (dias)			
PMP	54	79	-25
PMR	69	94	-25
PMS	247	291	-44

07 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

RISCO CAMBIAL

O risco taxa de câmbio representa a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da empresa resulta da existência de operações de importação de origens em que a moeda local é diferente do Euro. Com objetivo de reduzir as flutuações cambiais e sempre que possível, a empresa faz repercutir essas variações nos preços de venda.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro representa a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. A Overpharma, no decurso da sua atividade, quando recorre a financiamentos externos está exposta ao risco de taxa de juro dado que grande parte da dívida financeira da empresa é indexada a taxas de juro de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis. A empresa procura garantir que a estrutura e o nível de financiamento seja adequado à natureza das suas obrigações. Quando aplicável, os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 3 a 5 anos.

08 OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Não existem dívidas em mora perante o Sector Público Estatal ou Segurança Social.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda, informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais relativo à revisão legal das contas no período de 2019, no valor de 6 000 euros.

09 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A gerência, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, e sem desconsiderar os eventuais e potenciais impactos relacionados com a pandemia COVID-19, entende que a Empresa mantém capacidade de prosseguir em continuidade, assegurando os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade, pelo que, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém adequado.

10 PERSPETIVAS

Para o ano de 2020, a gestão estabeleceu um plano de objetivos e de gestão operacional, o qual mantém muito da filosofia da metodologia de trabalho implementada no ano de 2019, o qual passa por obter um crescimento em vendas de 18,5%, e da continuada melhoria significativa dos resultados líquidos em versus o ano anterior.

Acreditamos que parte dos constrangimentos vividos pelo nosso parceiro se irão ultrapassar significativamente em 2020, e irão contribuir em absoluto para um crescimento e melhoria da quota de mercado da empresa na área dos produtos farmacêuticos. Todavia, e dado que ainda existem algumas dúvidas quanto à quantidade disponível de injetáveis em 2020 o plano da empresa para este segmento de negócio, foi feito com algum conservadorismo.

Relativamente ao setor de Dispositivos Médicos de Consumo e de Implante (Vascular, Cardiologia e de Coluna), espera-se que contribua com um crescimento significativo quer em vendas quer em RL.

No decorrer do segundo trimestre de 2020, momento em que este relatório está a ser feito, já estamos a viver os efeitos da crise gerada pela Pandemia do Covid-19.

O efeito negativo que esta pandemia está a ter sobre a execução do plano de objetivos de 2020, já está a ser altamente penalizador para as unidades de negócio que operam diretamente em Bloco Operatório (Cirurgia Vascular, Cardiologia e de Coluna), as quais não conseguem trabalhar devido à recomendação da DGS de bloquear acesso destes profissionais aos hospitais, bem como, ao facto de terem sido canceladas milhares de cirurgias desta área.

Todavia, a gestão agilizou em tempo a introdução e comercialização de produtos da área dos EPI os quais, tem surtido com sucesso a inoperacionalidade dos segmentos de produtos de cirurgia de implante.

Em conclusão, podemos dizer que seja espectável que os resultados de 2020 venham a ser algo dissonantes do plano de vendas estabelecido, mas se for o caso, só no terceiro trimestre de 2020 será possível fazer essa avaliação e tomar as medidas julgadas convenientes na altura.

11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido apurado nas demonstrações financeiras no montante de 203.776,08 euros, registado no período de 2019, seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados: 203.776,08 euros

12 AGRADECIMENTOS

A Gerência gostaria de agradecer ao Contabilista Certificado e ao Revisor Oficial de Contas pelos imprescindíveis e relevantes conselhos e auxílio prestados no ano de 2019. A Gerência gostaria ainda de expressar a sua gratidão aos seus fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócios da empresa, pelo seu envolvimento contínuo e confiança demonstrada. Finalmente, a Gerência gostaria de expressar a sua gratidão aos Gerentes, pelo seu trabalho e valiosos conselhos, assim como a todos os colaboradores, pelo seu tempo e pela dedicação que demonstraram ao longo do ano.

Mortágua, 03 de abril de 2020

A Gerência,

Joaquim António de Matos Chaves
(Gerente)

Luis Pedro Gonçalves Simões
(Gerente)

Eugénio Baptista Nunes
(Gerente)

03

Informação Societária

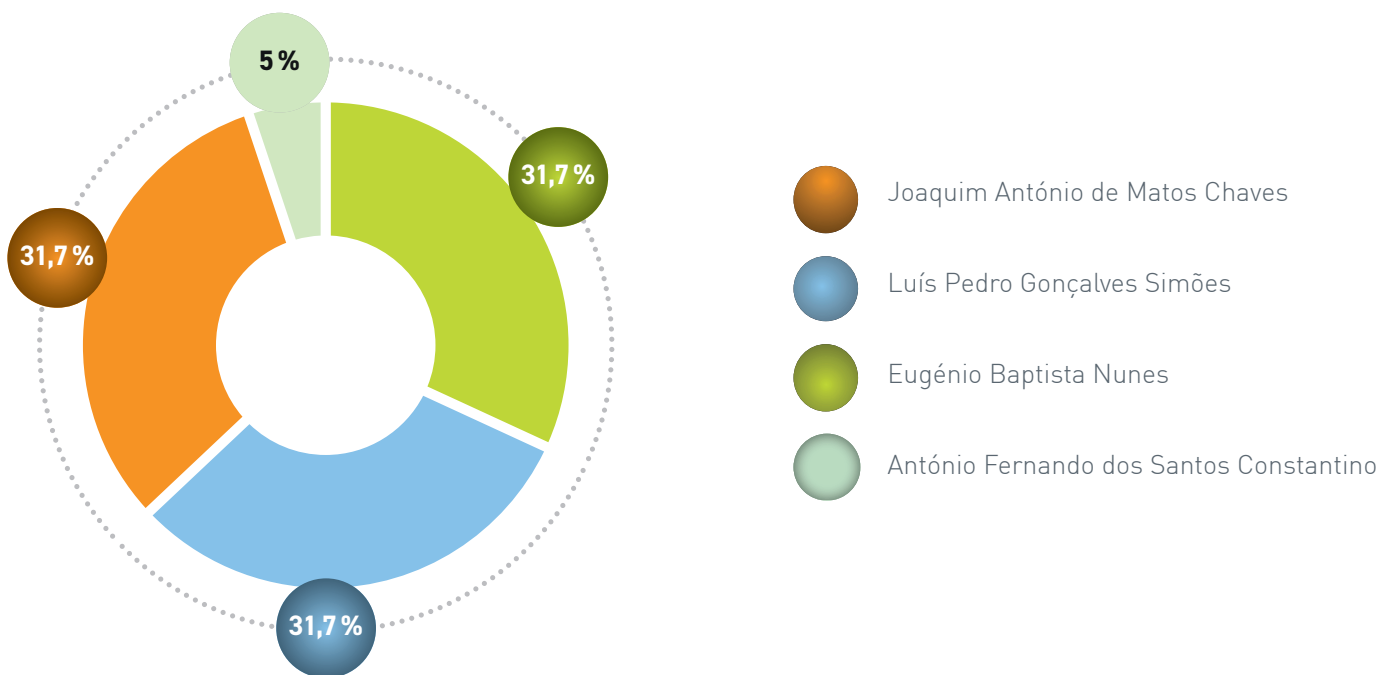


01 ÓRGÃOS SOCIAIS

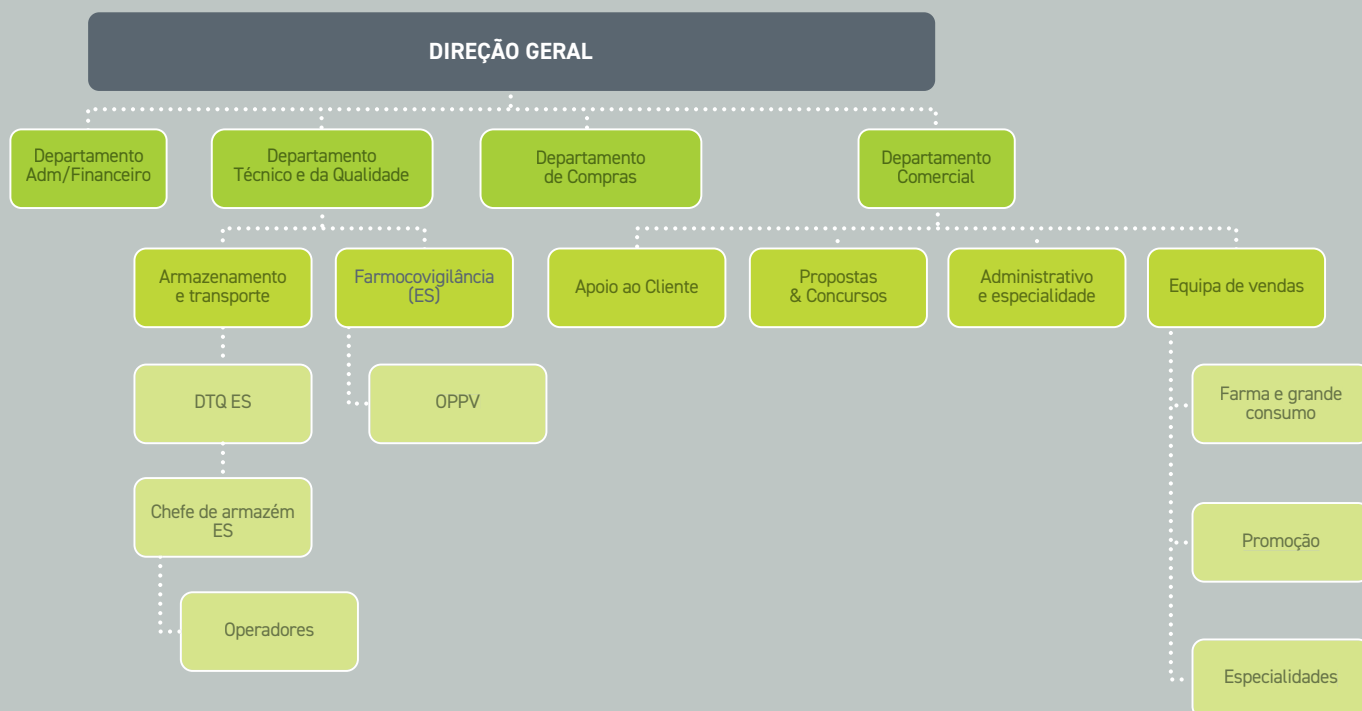
GERÊNCIA

Eugénio Baptista Nunes
 Joaquim António de Matos Chaves
 Luís Pedro Gonçalves Simões

02 ESTRUTURA SOCIETÁRIA



03 ORGANOGRAMA



04

Informação
Financeira



04.1

Demonstrações
Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL POR NATUREZA PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

valores expressos em euros	Notas	Períodos	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	20	11 464 820	10 270 206
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	21	(7 638 168)	(7 007 445)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 741 363)	(1 630 043)
Gastos com pessoal	23	(1 355 814)	(1 247 505)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-	48 264
Outros rendimentos	24	45 805	780 930
Outros gastos	25	(376 183)	(555 622)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		399 096	658 784
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	(63 518)	(433 377)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		335 578	225 407
Juros e gastos similares suportados	27	(13 943)	(30 499)
Resultado antes de impostos		321 635	194 908
Imposto sobre rendimento do período	28	(117 859)	(66 952)
Resultado líquido do período		203 776	127 956

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

BALANÇO INDIVIDUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

valores expressos em euros	Notas	Datas	
		31/12/19	31/12/18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	217 376	257 005
Ativos intangíveis	6	2 651	5 302
Outros investimentos financeiros	7	5 792	3 849
Ativos por impostos diferidos	8	250	1 439
		226 069	267 594
Ativo corrente			
Inventários	9	5 172 266	5 583 472
Clientes	10	2 172 374	2 647 672
Estado e outros entes públicos	11	422	151 101
Outros créditos a receber	12	5 875 397	4 969 471
Diferimentos	13	27 176	19 757
Caixa e depósitos bancários	4	528 833	303 421
		13 776 466	13 674 893
Total do ATIVO		14 002 536	13 942 487
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14	250 000	250 000
Reservas legais	15	58 395	58 395
Resultados transitados	16	11 594 011	11 477 555
Resultado líquido do período	DR	203 776	127 956
Total do Capital Próprio		12 106 182	11 913 906
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	18	1 334 349	1 624 034
Estado e outros entes públicos	11	275 067	168 222
Financiamentos obtidos	17	3 832	7 064
Outras dividas a pagar	19	283 106	229 261
		1 896 353	2 028 581
Total do Passivo		1 896 353	2 028 581
Total do Capital Próprio e do Passivo		14 002 536	13 942 487

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

valores expressos em euros	Notas	Datas	
		31/12/19	31/12/18
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	10,20	11 460 578	10 455 142
Pagamentos a fornecedores	18,21,22	(9 497 844)	(8 205 075)
Pagamentos ao pessoal	19,23	(674 785)	(622 767)
Caixa gerada pelas operações		1 287 949	1 627 300
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	11	151 101	(400 783)
Outros recebimentos/pagamentos	12,19	(1 127 789)	(838 471)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	311 261	388 045
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5,19	(37 136)	(158 942)
Ativos intangíveis	6,19	(11 719)	(2 237)
Investimentos financeiros	7	(3 673)	(1 638)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	7	1 467	1 000
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(51 060)	(161 817)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	(28 315)	(17 712)
Juros e gastos similares	27	(762)	(30 499)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(29 077)	(48 211)
Variação de caixa e seus equivalentes.	(1)+(2)+(3)	231 124	178 017
Efeito das diferenças de câmbio	24,25	(5 712)	(6 201)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	303 421	131 605
Caixa e seus equivalentes no fim do período		528 833	303 421

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	250 000	58 395	10 497 250	980 304	11 785 950
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	980 304	(980 304)	-
	2	-	-	980 304	(980 304)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				127 956	127 956
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(852 348)	127 956
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	5=1+2+3	250 000	58 395	11 477 555	127 956	11 913 906

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	250 000	58 395	11 477 555	127 956	11 913 906
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	116 456	(127 956)	(11 500)
	7	-	-	116 456	(127 956)	(11 500)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				203 776	203 776
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				75 820	192 276
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	10=6+7+8	250 000	58 395	11 594 011	203 776	12 106 182

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

04.2

Anexos às
Demonstrações
Financeiras



01 NOTA INTRODUTÓRIA

A Overpharma - Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 10, 3450 - 232 Mortágua, com o NIPC 505792362, tem como objeto social o comércio por grosso, importação e exportação de produtos médicos e farmacêuticos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Gerência. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

02 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., apresenta as suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é regulado pelos seguintes instrumentos legais:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas) – Revoga Portaria 1011/2009, de 9 de setembro;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras) – Revoga Portaria 986/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual) – Revoga aviso 15652/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística para Microentidades)
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) – Revoga Aviso 15655/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho (Norma contabilística e de relato financeiros para pequenas entidades) – Revoga Aviso 15654/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas) – Revoga Aviso 15653/2009, de 7 de setembro
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo)

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do snc que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

03 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes anuais, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de depreciação constantes no decreto regulamentar nº 2/90 de 12 de janeiro, para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2009, e o decreto regulamentar nº25/2009, de 14 de setembro, para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2010.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.3 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.4 Outros investimentos financeiros

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Sempre que existam rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) os mesmos são registados na demonstração dos resultados.

3.5 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é custo médio ponderado. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

3.6 Clientes e outros valores a receber

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as rever-

sões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em caso de não pagamento por partes dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar a empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

3.7 Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é exetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.8 Capital subscrito e não realizado

De acordo com a NCRF nº 27, uma entidade deve reconhecer instrumentos de capital próprio no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a entidade deve apresentar a quantia a receber como um ativo na rubrica "Capital subscrito não realizado".

3.9 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e Outras dividas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os excedentes de tesouraria são aplicados em depósitos a prazo com maturidades até um ano. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa - ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida - ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Financiamentos obtidos".

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.11 Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (quota ou ação) e os seus respetivos titulares. A parte do capital subscrito, mas ainda por realizar encontra-se registado na rubrica do ativo "Capital subscrito e não realizado".

3.12 Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

3.13 Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

3.14 Empréstimos Bancários e Gastos com Juros

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "ativos que se qualificam":

- Inventários;

- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia);
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam.

Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.15 Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado.

3.16 Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.17 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.18 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como "Juros e rendimentos similares obtidos", enquanto as negativas são reveladas na rubrica "Juros e gastos similares suportados". As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos", nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

3.19 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama e derrama estadual, além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.21 Outras políticas contabilísticas relevantes

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais, quando existem, são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.22 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.



As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Valorização da produção;
- Ativos por impostos diferidos
- Registo de provisões;
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.23 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

04 FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rúbrica de caixa e seus equivalentes à data de 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são os seguintes:

	31-dez-2019	31-dez-2018
Caixa - Euros	160	58
	160	58
Depósitos à ordem - Euros	528 673	303 092
Depósitos à ordem - Dólares	-	270
	528 673	303 362
Total de caixa e depósitos bancários	528 833	303 421

Observações complementares

- Os valores de caixa servem para liquidar despesas correntes;
- Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

05 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registrados de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto 3.1 do presente relatório. O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2019 e de 2018 foi o seguinte: (ver nota 26)

31 de dezembro de 2018

	Saldo em 01-jan-18	Aquisições / Dotações	Alienação / Abate	Transferências	Saldo em 31-dez-18
Custo					
Edifícios e outras construções	22 464	13 486	-	111 003	146 953
Equipamento básico	268 875	9 994	(256 526)	-	22 344
Equipamento administrativo	100 067	7 598	(8 179)	-	99 486
Outros ativos fixos tangíveis	738 512	522 347	(511 720)	-	749 139
Ad. p/ conta ativos fixos tangíveis	-	111 003	-	(111 003)	-
	1 129 919	664 427	(776 424)	-	1 017 922
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	13 260	2 759	-	-	16 019
Equipamento básico	268 875	999	(256 526)	-	13 349
Equipamento administrativo	91 639	8 033	(7 029)	-	92 643
Outros ativos fixos tangíveis	729 498	416 412	(507 005)	-	638 906
	1 103 273	428 204	(770 559)	-	760 917
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	26 646	236 224	(5 865)	-	257 005

31 de dezembro de 2019

	Saldo em 01-jan-19	Aquisições / Dotações	Alienação / Abate	Saldo em 31-dez-19
Custo				
Edifícios e outras construções	146 953	-	-	146 953
Equipamento básico	22 344	-	-	22 344
Equipamento administrativo	99 486	12 667	(2 127)	110 026
Outros ativos fixos tangíveis	749 139	5 793	-	754 932
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-
	1 017 922	18 460	(2 127)	1 034 254
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	16 019	2 684	-	18 703
Equipamento básico	13 349	999	-	14 349
Equipamento administrativo	92 643	11 631	(2 127)	102 147
Outros ativos fixos tangíveis	638 906	42 774	-	681 680
	760 917	58 089	(2 127)	816 879
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	257 005	(39 629)	-	217 376

06 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2018				
	Saldo em 01-jan-18	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-dez-18	
Custo				
Programa de computador		59 458	4 057	63 514
Propriedade industrial	147 850	6 419	154 269	
	207 307	10 476	217 783	
Amortizações Acumuladas				
Programa de computador	59 458	3 034	62 492	
Propriedade industrial	147 850	2 139	149 989	
	207 307	5 174	212 481	
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	-	5 302	5 302	

31 de dezembro de 2019				
	Saldo em 01-jan-19	Aquisições / Dotações	Alienação / Abate	Saldo em 31-dez-19
Custo				
Programa de computador	63 514	2 778		66 293
Propriedade industrial	154 269	-	(6 784)	147 485
	217 783	2 778	(6 784)	213 778
Amortizações Acumuladas				
Programa de computador	62 492	3 290		65 781
Propriedade industrial	149 989	2 139	(6 784)	145 345
	212 481	5 429	(6 784)	211 127
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	5 302	(2 651)	-	2 651

Ver nota 26

07 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os outros investimentos financeiros correspondem ao Fundo de Compensação do Trabalho.

	31-dez-19	31-dez-18
	Não corrente	Não corrente
Outras empresas		
Fundos de Compensação do Trabalho	5 792	3 849
	5 792	3 849

08 ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de dezembro de 2018		
	Reversão		
	Saldo em 01-jan-18	Resultado líquido	Saldo em 01-jan-18
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	12	1 427	1 439
	12	1 427	1 439

	31 de dezembro de 2019		
	Reversão		
	Saldo em 01-jan-19	Resultado líquido	Saldo em 01-jan-19
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	1 439	(1 189)	250
	1 439	(1 189)	250

09 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-19	31-dez-18
Mercadorias	5 172 266	5 583 472
	5 172 266	5 583 472

Ver nota 26

10 CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-19	31-dez-18
	Corrente	Corrente
Clientes		
Clientes conta corrente	2 172 374	2 647 672
Clientes de cobrança duvidosa	249 609	249 609
	2 421 982	2 897 281
Perdas por imparidade acumuladas	(249 609)	(249 609)
	2 172 374	2 647 672

	31-dez-19		31-dez-18	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	2 141 362	31 012	2 638 070	9 602
Clientes de cobrança duvidosa	249 609	-	249 609	-
	2 390 970	31 012	2 887 679	9 602

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades em dívidas a receber	31-dez-2019	31-dez-2018
Saldo a 1 de Janeiro	249 609	298 000
Aumento	-	11 696
Reversão	-	(60 088)
	249 609	249 609

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-2019	31-dez-2018
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	151 101
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	422	-
	422	151 101
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	116 670	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	113 038	121 585
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	18 658	19 040
Segurança Social	26 404	27 317
Fundo de compensação do trabalho	296	281
	275 067	168 222

12 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-dez-19	31-dez-18
	Corrente	Corrente
Saldo devedores de fornecedores	18 419	196 694
Devedores por acréscimos de rendimentos	10 474	26 340
Factoring	5 834 834	4 737 258
Outros devedores	11 670	9 179
	5 875 397	4 969 471

13 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-19	31-dez-18
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	18 742	14 733
Outros gastos a reconhecer	8 434	5 024
	27 176	19 757

14 CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2019 o capital da Empresa, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

15 RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Durante o período de 2019 não se verificaram movimentos nesta rubrica, sendo o seu saldo em 31 de dezembro de 2019 de 58.395,32 euros.

16 RESULTADOS TRANSITADOS

Por decisão da Assembleia Geral, foi decidido que o resultado líquido do período de 2018, no montante de 127.956 euros fosse transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Na rubrica de financiamentos obtidos o montante de 3.832 euros é referente ao saldo de cartões de crédito.

18 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-dez-19	31-dez-18
	Corrente	Corrente
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	1 318 120	1 624 034
Fornecedores recepção e conferência	16 229	-
	1 334 349	1 624 034

	31-dez-19		31-dez-18	
	Cientes gerais	Grupo / relacionados	Cientes gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	1 255 355	62 766	1 123 227	500 807
Fornecedores recepção e conferência	16 229	-	-	-
	1 271 583	62 766	1 123 227	500 807

19 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Outras dívidas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-19	31-dez-18
	Corrente	Corrente
Saldos credores de clientes	35 208	5 697
Fornecedores de investimentos	21 966	26 493
Credores por Acréscimo de Gastos:		
Remunerações a liquidar	155 116	154 156
Outros credores por acréscimo de gastos	70 601	41 405
Cartões	-	5
Outras dívidas a pagar	214	1 506
	283 106	229 261

20 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor das vendas e prestações de serviços nos períodos de 2019 e de 2018 foram como segue:

	2018		
	Mercado Interno Interno	Mercado Comunitário	Total
Vendas de mercadorias	10 238 134	32 072	10 270 206
	10 238 134	32 072	10 270 206

	2019			
	Mercado Interno Interno	Mercado Comunitário	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	11 366 986	96 816	1 018	11 464 820
	11 366 986	96 816	1 018	11 464 820

21 CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é detalhado como segue:

	2019	2018
	Mercadorias	Mercadorias
Inventários iniciais	5 583 472	6 479 879
Compras	7 327 908	5 884 195
Regularizações	(100 946)	226 842
Inventários Finais	5 172 266	5 583 472
C.M.V.M.C.	7 638 168	7 007 445

Ver nota 26

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	2019	2018
Trabalhos especializados	1 182 897	1 106 222
Rendas e alugueres	135 681	124 833
Despesas de representação	108 319	73 685
Deslocações e estadas	52 836	45 530
Combustíveis	49 616	43 463
Transporte de mercadorias	47 393	39 820
Seguros	42 146	44 318
Conservação e reparação	29 557	27 453
Outros serviços	19 202	20 112
Publicidade e propaganda	15 469	18 782
Limpeza, higiene e conforto	13 358	4 432
Honorários	8 092	38 520
Outros	36 797	42 873
	1 741 363	1 630 043

23 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	119 000	119 000
Remunerações do pessoal	968 257	889 118
Indemnizações	9 912	3 649
Encargos sobre remunerações	231 653	214 070
Seguros	12 991	8 334
Outros gastos com pessoal	14 001	13 335
	1 355 814	1 247 505

O número médio de colaboradores em 2019 foi de 34 e no período de 2018 de 33.

24 OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

	2019	2018
Rendimentos suplementares	35 553	19 517
Descontos de pronto pagamento obtidos	4	841
Recuperação de dívidas a receber	-	426
Ganhos em inventários	-	173 797
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	1 992	1 447
Rendim. e ganhos em inv. não financeiros	-	502 269
Outros rendimentos e ganhos	8 256	82 632
	45 805	780 930

25 OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

	2019	2018
Impostos	34 772	26 825
Descontos de pronto pagamento concedidos	179 584	211 987
Dividas Incobráveis	-	14 409
Perdas em inventários	-	253 177
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	1 151
Diferenças de câmbio desfavoráveis	8 966	16 758
Outros gastos e perdas	152 861	31 316
	376 183	555 622

26 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Os gastos/reversões de depreciações e de amortização dos períodos de 2019 e de 2018 são os seguintes:

	2019	2018
	Gastos	Gastos
Ativos fixos tangíveis	58 089	428 204
Ativos intangíveis	5 429	5 174
	63 518	433 377

Ver nota 5 e 6

27 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2019 e de 2018, tinham a seguinte composição:

	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	13 943	30 499
Resultados financeiros	(13 943)	(30 499)

28 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhado com segue:

	2019	2018
Imposto Corrente	116 670	68 379
Imposto Diferido	1 189	(1 427)
	117 859	66 952

No período de 2019 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- A empresa beneficiou de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 12.329,73 euros.
- Foi aplicada uma majoração de 3.300,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

No período de 2018 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- A empresa beneficiou de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 12.433,45 euros.
- Foi aplicada uma majoração de 3.300,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

29 DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afetar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, acionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

A natureza do relacionamento com as outras partes relacionadas, descritas no quadro infra, é estabelecido por força do pessoal chave da gestão.

Referência	Denominação	Sede	% Capital
Sócios	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	31,7%
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	31,7%
	Eugénio Baptista Nunes	Portugal	31,7%
	António Fernando dos Santos Constantino	Portugal	5,0%
Pessoal chave da gestão (Overpharma)	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	
	Eugénio Baptista Nunes	Portugal	
Outras partes relacionadas (Pessoal chave da gestão)	Paracélsia - Industria Farmacêutica, S.A.	Portugal	
	Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	Portugal	
	FHC - Farmacêutica, SA	Portugal	
	Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	Portugal	
	Phagecon - Serviços e Consultoria Farmacêutica, Lda	Portugal	
	Zeone - Informática, Lda	Portugal	
	Cistravel - Viagens e Turismo, Lda	Portugal	
	Actrádia - Consultoria, Lda	Portugal	
	Isis - SGPS, S.A.	Portugal	
	Actrádia, S.A.	Portugal	
	Worldrugs, Lda	Portugal	
	Laphysan	Espanha	
	Private Atlantic, Sgps, S.A.	Portugal	
Senhora da Ribeira - Empreendimentos Imobiliários, Lda	Portugal		

Transações	2019	2018
Vendas e prestação de serviços		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	-	104 896
FHC - Farmacêutica, SA	317 171	81 799
Paracélsia - Industria Farmacêutica, S.A.	1 660	-
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	2 345	3 007
Laphysan	17 612	-
	321 176	189 702
Compras e aquisição de serviços		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	(3 496)	101 218
FHC - Farmacêutica, SA	2 924 516	2 723 263
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	1 203	1 468
Phagecon - Serviços e Consultoria Farmacêutica, Lda	15 876	7 923
Zeone - Informática, Lda	34 752	49 939
Cistravel - Viagens e Turismo, Lda	31 345	14 900
Laphysan	38 097	56 990
Actrádia - Consultoria, Lda	230 300	235 019
Actrádia, S.A.	15 192	-
	3 287 785	3 190 719

Saldos	2019	2018
Contas a receber		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	-	174 026
FHC - Farmacêutica, SA	12 636	9 602
Paracélsia - Industria Farmacêutica, S.A.	1 660	-
Laphysan	16 717	-
	31 012	183 628
Contas a pagar		
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	(4 300)	-
FHC - Farmacêutica, SA	31 860	447 729
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	-	613
Phagecon - Serviços e Consultoria Farmacêutica, Lda	-	895
Zeone - Informática, Lda	7 343	35 188
Cistravel - Viagens e Turismo, Lda	1 880	410
Actrádia Consultoria	221	37 169
Actrádia, S.A.	15 192	-
Laphysan	7 747	-
	59 943	522 004

30 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

30.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência [ou qualquer outro órgão competente] no dia 03 de abril de 2020. No entanto os sócios [ou qualquer outra entidade] poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

30.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do Balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Gerência, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, e sem desconsiderar os eventuais e potenciais impactos relacionados com a pandemia COVID-19, entende que a Empresa mantém capacidade de prosseguir em continuidade, assegurando os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade, pelo que, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém adequado.

31 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Não existem dívidas em mora perante o Sector Público Estatal ou Segurança Social.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência da Overpharma - Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda, informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais relativo à revisão legal das contas no período de 2019, no valor de 6 000 euros.

O Contabilista Certificado

A Gerência

05

Relatório de Fiscalização



05.1

Certificação
Legal de Contas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

1

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **OVERPHARMA – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 14.002.535,61 euros e um total de capital próprio de 12.106.182,40 euros, incluindo um resultado líquido de 203.776,08 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **OVERPHARMA – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA.**, em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A Organização Mundial de Saúde declarou em março de 2020 a doença provocada pelo novo coronavírus (“Covid-2019”) como pandemia, a qual tem um impacto negativo nas perspetivas da economia global. Conforme descrito na Nota 30 do Anexo às demonstrações financeiras que descrevem a natureza do acontecimento após a data do balanço (pandemia



covid-19) que não deram lugar a ajustamentos, bem como a impossibilidade da estimativa dos seus efeitos.

A nossa opinião não foi modificada relativamente a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

2

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

3

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 7 de Abril de 2020

Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda.

Inscrita na lista da SROC sob o n.º 323
Contribuinte n.º 514 678 747

Sede: R. do Campo Alegre, 1300, 5.º Sala 509 – 4150-174 Porto
Escrit.: R. António Alves Martins, 14 – 3.º Sala BD – 3500-078 Viseu

Telef.: 232 426 834 • Telem.: 917 238 784

Nuno Oliveira & Sousa – SROC, Lda. (SROC N.º 323)

Representada por: António Nuno Mendes Marques de Oliveira – ROC 906

